

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

GEIZIANE CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA

**PSICOLOGIA NO CRAS: AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO TRABALHO  
DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

VITÓRIA  
2015

GEIZIANE CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA

**PSICOLOGIA NO CRAS: AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO TRABALHO  
DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Ms. Daniella Messa e Mello

VITÓRIA  
2015

GEIZIANE CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA

**PSICOLOGIA NO CRAS: AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO TRABALHO  
DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_, por:

---

Prof. Ms. Daniella Messa e Mello

---

Prof. Dr. Alexandre Aranzedo, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

---

Prof. Dr. Beatriz Tesche, Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

Dedico esse trabalho, e minha motivação pela Psicologia, ao meu saudoso e amado pai Genivaldo, que possibilitou ser gerada essa semente de amor pela Psicologia. Mesmo que o melhor tenha sido você se ausentar, tudo que tenho me tornado faz parte do legado que você me deixou.

## AGRADECIMENTOS

Porque nada se constrói sozinho. Ao longo do planejamento e estruturação desse trabalho as contingências me desafiaram e surpreenderam inúmeras vezes. Momentos diversificados de alegrias, choros, questionamentos existenciais, males físicos que emergiram, e eu não teria conseguido construir nada disso sem a presença de significativas pessoas.

Primeiramente, eu quero agradecer ao meu bondoso PAI que esteve ao meu lado durante todo o processo de elaboração desse estudo. Toda glória e toda honra seja direcionada ao Senhor meu DEUS.

Agradeço a minha família: Eliana – minha mãe guerreira, meus irmãos Samuel e Tatiane e Diego – querido cunhado, que mesmo com a distância física, não deixaram de compartilhar força, compreensão, apoio e incentivo para realização desse trabalho. A Tereza, Waldeci, Paulo, Arthur, aos meus tios Eliomar e Glória, meu avô José Lúcio, que com suas singularidades expressaram seu amor e apoio nesse meu percurso. Eu amo vocês.

As minhas amigas irmãs que me acolheram tantas vezes em meio aos meus questionamentos e medos, não deixaram de me amar em meio a minha irritabilidade, e me deram tanto apoio e força para construção desse trabalho. Angélica e Fabiana amo vocês. Com vocês compartilho momentos de alegria, minhas melhores risadas e sinceridade, sem vocês a vida seria bem mais difícil. Além delas, outras amigas e amigos tão especiais para mim que respeitaram a minha ausência nos dias de dedicação aos meus estudos.

Minha família ministerial que de diferentes formas contribuíram para que eu chegasse até aqui. Respeitaram minha ausência e não deixaram de interceder por mim. Vocês constituem parte fundamental da minha vida!

A minha querida orientadora Daniella Messa, que mesmo em meio a reestruturações pessoais me ensinou que podemos alcançar a força necessária para prosseguir. Obrigada Dani pelo tempo dedicado a mim, pelas discussões, apoio, considerações tão ricas e significativas que marcam minha construção como futura Psicóloga. Além de expressar confiança em minha potencialidade.

Aos meus demais professores que também me afetaram com tantas possibilidades e intervenções ao longo do meu percurso acadêmico, e paralelo, na concretização desse trabalho. Foram tantas discussões, conversas e momentos que me ensinaram a ter um olhar

crítico e reflexivo para a realidade que estou inserida.

Aos Psicólogos que disponibilizaram a participar desse estudo, motivados na busca da verdadeira contribuição da Psicologia na política de Assistência Social. Agradeço pela atenção, a dedicação em oferecer tempo mesmo em meio a correria do dia a dia, e pela sinceridade compartilhada em descrever sua práxis e emoções singelas desse fazer no campo social.

A equipe da Gerência da Proteção Social básica, que me apresentaram esse vasto campo da política de Assistência Social, e trouxeram inúmeras contribuições profissionais e pessoais. Ainda, a equipe da CAVVID, que semelhante me apoiaram em meio ao meu sofrimento de não conseguir conciliar tantas coisas, vocês me tranquilizaram inúmeras vezes.

*No caso, tratamos de equacionar a questão: se estamos falando das formas de institucionalização da sociedade que colabora para a produção de sofrimento, a primeira coisa que devemos fazer é voltar o foco sobre nós mesmos, sobre a Psicologia, como saber e profissão, e refletir sobre como ela tem se comportado, qual o seu papel na sociedade, no sentido de promover os Direitos Humanos e de promover a violação dos Direitos Humanos. E fazer isso, não é fácil! Fazer isso é difícil. Fazer isso pressupõe romper com certo narcisismo disciplinar, com um certo endeusamento da sua disciplina, para enfrentar a si próprio, para olhar para o seu próprio umbigo e cortar na carne, se for necessário.*

**Marcus Vinícius de Oliveira Silva em “Educação Inclusiva: direitos humanos na escola”.**

## RESUMO

O presente estudo apresenta a contribuição da Psicologia nas políticas públicas de proteção social básica, em que o equipamento de acesso aos serviços é denominado Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Na atualidade, vemos os crescentes movimentos e expansão da política de Assistência Social e paralelo a inserção recente da Psicologia se firmando com o compromisso social. Assim, o objetivo central dessa pesquisa consistiu em analisar a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, além de investigar as principais demandas emergentes nos usuários dos CRAS, avaliar as contribuições percebidas por esses profissionais com relação aos usuários que participam das atividades da Psicologia, debater a percepção dos mesmos com relação ao trabalho desenvolvido pela Psicologia no CRAS, e discutir sobre a atuação do psicólogo na Assistência Social, assim como as dificuldades que emergem no campo social. A partir disso, realizamos um caminhar pela história da Psicologia e da política de Assistência Social. Participou desse estudo, 10 psicólogos que atuam no CRAS no município da Grande Vitória, estado do Espírito Santo. Os dados foram coletados através de entrevista semidirigida, e baseamos os resultados na análise de conteúdo. A articulação do material contido nesse estudo nos permite observar os diversos embates e conflitos que perpassam a efetividade da política de proteção social básica, tanto no campo da ciência psicológica como da assistência social. Constatamos a dificuldade no reconhecimento da práxis psicológica no CRAS tanto para os próprios psicólogos como para demais profissionais que compõem a equipe técnica de referência do CRAS e de outros serviços, e ainda para os usuários que acessam o CRAS. Além disso, observamos obstáculos que afetam o desenvolvimento das atividades da Psicologia, porém, os participantes mencionaram aspectos positivos por mudanças dos usuários em três âmbitos: individual, familiar e social, possibilitando o rompimento de práticas assistencialistas e segmentadas, trazendo em cena o sujeito político, o sujeito possuidor de direitos. Esse debate possibilita um conjunto de questões que precisam ser indagadas, ponderadas e transformadas, oferecendo um panorama da realidade que os psicólogos tem se deparado na inserção no espaço da assistência social, nesse caso especificamente o CRAS.

**Palavras-chave:** Psicologia, Proteção social básica, CRAS.

## ABSTRACT

This study presents the contribution of psychology in public policies of basic social protection, in which equipment access services is called: Social Assistance Reference Center (CRAS). Today, we see the increasing movements and expansion of the social assistance policy and parallel the recent introduction of Psychology established itself with social commitment. So, the main objective of this research was to analyze, the psychologist at CRAS, and to investigate the key emerging demands on CRAS users, evaluate the contributions perceived by these professionals compared to users who participate in the activities of psychology, debate their perception with respect to the work of psychology in CRAS, and discuss the role of the psychologist in the Social Assistance, as well as the difficulties that emerge in the social field. From this, we conducted a walk through the history of Psychology and Social Assistance policy. Participated in this study, 10 psychologists who work at CRAS around the city of Vitória, Espírito Santo State. Data were collected through semi-directed interview, and base the results on content analysis. The articulation of the material contained in this study allows us to observe in the various clashes and conflicts that underlie the effectiveness of basic social protection policy, both in the field of psychological science and social assistance. We note the difficulty to recognizing the psychological praxis at CRAS both psychologists themselves and to other professionals that make up the technical team CRAS reference and other services and also for users who access the CRAS. Also, observe obstacles affecting the development of Psychology activities, however, the participants mentioned positive aspects for change from users on three levels: individual, family and social, allowing the disruption of welfare and targeted practices, bringing into to a play of political subject , the individual rights holder. This debate provides a set of questions that need to be discuss weighted and transformed, offering an overview of the reality that psychologists have come across in the insertion within social care, in this case specifically at CRAS.

**Keywords: psychology, basic social protection, CRAS.**

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 01 – Dados sócio demográficos dos Psicólogos.....	p.64
Tabela 02 – Demandas .....	p.72
Tabela 05 – Atividades desempenhadas .....	p.74

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 01 – Referencial Teórico dos Psicólogos entrevistados.....p.65

## **LISTA DE SIGLAS**

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especial em Assistência Social

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

NIS – Número de Identificação Social

PAIF – Programa de Atenção Integral a Família

PAEFI – Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SEMAS – Secretária Municipal de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	25
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	29
2.1 PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA .....	29
2.2 PSICOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TEÓRICO .....	32
2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	36
2.4 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	40
2.5 CRAS .....	44
2.6 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS .....	49
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	55
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	55
3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES .....	58
3.3 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA .....	59
3.4 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS .....	60
3.5 ASPECTOS ÉTICOS .....	61
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	63
4.1 PERFIS SÓCIO DEMOGRÁFICOS DOS PSICÓLOGOS ENTREVISTADOS .....	63
4.2 O PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	64
4.3 PRINCIPAIS DEMANDAS DO CRAS .....	71
4.4 ANÁLISES E PERCEPÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES PERCEBIDAS PELOS USUÁRIOS NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS .....	75
4.5 DIFICULDADES QUE EMERGEM NA ATUAÇÃO NO ESPAÇO DO CRAS .....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>APÊNDICE A</b> .....	96
<b>ANEXO A</b> .....	97

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para discutir sobre a participação de usuários nas atividades propostas pela Psicologia nesses espaços de contexto político de proteção social básica -PSB.

Essa questão de pesquisa emergiu a partir dos interesses propiciados em estudos e discussões que perpassam a contribuição da temática Psicologia no espaço do CRAS. Tais considerações falam

de um momento em que se observa o esforço de compreender as contribuições da Psicologia às ações que se realizam no CRAS, como ponto nodal/estratégico para a implantação da política de assistência social em sua integralidade (BARONE, 2012, p.15).

As políticas do nosso país tem oferecido um espaço para atuação dos psicólogos, essa pesquisa restringiu-se no âmbito das políticas de Assistência Social. Embora a atuação do psicólogo nesse campo seja recente e desafiadora, considera-se que sua práxis pode ser enriquecedora na construção do compromisso social no cenário brasileiro.

A própria inserção do termo compromisso social na Psicologia brasileira não esteve tão presente no percurso histórico da profissão, ou seja, ao observarmos o contexto da tradição da Psicologia encontramos sua atuação atrelada aos interesses das elites do Brasil.

A Psicologia seja em suas referências acadêmicas ou na interface profissional, vem absorvendo as críticas feitas à sua construção teórica e à sua atuação prática, buscando construir diretrizes que consolidem seu compromisso social e ajudem os psicólogos a atender aos preceitos legais (BARONE, 2012, p.26).

Portanto, foi o rompimento das práticas tradicionais com viés individualista que proporcionaram um novo projeto do compromisso social da Psicologia pela influência das necessidades urgentes da população, de modo a contribuir com a transformação da sociedade. No Brasil, esse compromisso social teve influência marcante por teorias que desenvolveram conceitos acerca de uma nova Psicologia.

Silvia Lane tem sua produção e seu exercício, como professora, marcados pela certeza de que a Psicologia deveria se produzir de forma a ser útil para a transformação da realidade social em nossos países de Terceiro Mundo. Perseguiu isto como uma obsessão e sem descuidar de dar-lhe forma acadêmica e rigor científico. Buscou métodos, instrumentos, conceitos e teorias que pudessem dar conta disto. Não se acomodou e nem mesmo se satisfez com o que estava posto em cada momento. Cada certeza era o início de um novo momento de dúvidas e buscas. Sílvia Lane dialogou com todos; aceitou desafios e acolheu sugestões e iniciativas de seus alunos. Produziu coletivamente com eles, talvez seus principais interlocutores. A única certeza de que nunca abriu mão foi a da necessidade da

produção de uma ciência com compromisso social. Nunca se importou com rótulos e com passeios por diferentes teorias, porque buscava outra coisa: um conhecimento capaz de falar da vida vivida e de apresentar possibilidades de contribuição para a transformação das condições de vida na busca da dignidade. Qualquer tema poderia ser eixo das pesquisas que seus orientandos traziam, mas todos deveriam lhe responder: qual a realidade que quero contribuir para mudar? (BOCK; GONÇALVES; FURTADO; 2011 p. 55).

Nessa perspectiva, a questão principal que norteia a investigação proposta nessa pesquisa é: diante da inserção do Psicólogo no campo social mencionando, e a recente inserção da Psicologia nesse espaço, pela perspectiva do profissional de Psicologia como a Psicologia tem contribuído no CRAS?

Além disso, faz-se necessário investigar, a partir da perspectiva do profissional de Psicologia, as principais demandas emergentes nos usuários dos CRAS, avaliar as contribuições percebidas por esses profissionais com relação aos usuários que participam das atividades da Psicologia, debater a percepção dos mesmos com relação ao trabalho desenvolvido pela Psicologia no CRAS, e discutir sobre a atuação do psicólogo na Assistência Social, assim como as dificuldades que emergem no campo social.

A pesquisa será realizada nos municípios da Grande Vitória, localizado no Estado do Espírito Santo, em que há psicólogos atuantes nos CRAS, atendendo a população conforme as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Como significância deste estudo a respeito da atuação do Psicólogo no CRAS, Araújo (2014) declara a influência de aspectos na práxis do profissional do CRAS, sendo das esferas históricas, sociais, estruturais e afetivo-relacionais, em que, o posicionamento do Psicólogo frente a essas características irá intervir na realização de uma práxis que pode contribuir ou não na ação transformadora implicada na vida do sujeito que acessa o serviço.

Outra pesquisa relevante foi sobre a inserção do psicólogo na política de Assistência social, realizado por Barone (2012), a autora menciona que

A inserção do psicólogo no CRAS apareceu como desafiadora e acrescida de novidades referentes aos preceitos legais da atual configuração da política de assistência social. Entre as novidades encontrou-se a previsão de ações de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de autonomia e de cidadania, todas inseridas na perspectiva de ações que contemplam direitos do cidadão e são de responsabilidade do Estado (p.24).

As possibilidades de atuação nesse espaço contemplam um leque de intervenções que são norteadas pela política de Assistência Social com foco nos direitos do cidadão, e assim por esse campo vasto de intervenções nos deparamos com o obstáculo da Psicologia no campo da Assistência Social. Percebemos o quanto a práxis do psicólogo ainda não é compreendida

pelo próprio profissional, por outros profissionais e muito menos pelos usuários, considerando também a fantasia ou mitos que ainda cercam a Psicologia como ciência e também como profissão. Logo, nos deparamos com esse desafio para reinventar a ação da Psicologia, desfazer-se de práticas automáticas e criar possibilidades sem perder a identidade profissional.

A significância desse estudo está presente nos relatos de Barone expressando que

por mais esforços que tenham sido dirigidos à compreensão do conflito descrito, ainda permanece a necessidade de investigar a atividade de trabalho do psicólogo no CRAS, identificando saberes que tenham sido utilizados por esses profissionais na tarefa de reinventar a ação profissional da Psicologia na política de assistência social, de modo a atender aos objetivos dessa política, em especial aqueles que se realizam nos CRAS (BARONE, 2012, p.24).

Outros autores como Cruz (2014) também fazem considerações nessa vertente em buscar maiores esclarecimentos da atuação da Psicologia na construção e efetivação de políticas públicas da Assistência Social, para que sua atuação se enquadre nas orientações estabelecidas e norteadas na política de Proteção Social Básica. Nesse sentido, a presente pesquisa poderá contribuir na orientação do trabalho dos psicólogos e demais profissionais que atuem nos espaços referenciais da Assistência Social, mais especificamente nos CRAS.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 PSICOLOGIA COMO CIÊNCIA

O ser humano, desde os tempos primitivos, construiu diferentes formas de conhecimento para compreender e interpretar a realidade. Inúmeras foram às especulações para explicar o significado da existência humana. Ao decorrer da história, alcançou um nível sofisticação no espaço através da ciência. A concepção de um conjunto de pensamentos sobre a origem do ser humano desbravou caminhos de saberes diversos. Encontramos na filosofia, na religião, na ciência e no senso comum saberes do conhecimento humano que tem se estruturado no decorrer do tempo com suas características próprias (FLORENTINO, 2013).

Nesse sentido, a ciência apresenta uma característica fundamental: a objetividade. Para validade de seu conhecimento é impreterível que suas conclusões sejam passíveis de verificação e neutras pela emoção. Uma ciência recente que tem sido desenvolvida é a Psicologia (final do século XIX), um campo das ciências humanas visualizadas pela contaminação em estudar o próprio ser humano. Afinal, o ser humano é um ser histórico e estão em continua mudança, possibilitando diferentes formas de pensar na Psicologia. Por essa característica encontramos a dificuldade em encontrar uma clara definição do objeto de estudo da Psicologia (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Por outro lado, essa característica imponência representa diferentes particularidades de enfoque para o ser humano em que

essa diversidade de objetos justifica-se porque os fenômenos psicológicos são tão diversos que não podem ser acessíveis ao mesmo nível de observação e, portanto, não podem ser submetidos aos mesmos padrões de descrição, medida, controle e interpretação. O objeto da Psicologia, considerando suas características, deve ser aquele que reúna as condições de aglutinar uma ampla variedade de fenômenos psicológicos (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p.22).

Assim, a Psicologia tem construído conceitos distintos e específicos a respeito dela para a compreensão da totalidade da vida humana, sua forma particular é descrita a partir da subjetividade. A subjetividade é a síntese que um indivíduo em sua singularidade e individualidade vai construindo à medida que vai se desenvolvendo e vivenciando experiências da vida histórica e social (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Muitos psicólogos usam o termo subjetividade com diferentes definições, não aderindo uma consonância sobre o que de fato se refere. Geralmente, ela é compreendida como referente ao

psiquismo humano, ou melhor, ela reporta-se ao que é interno, ou a consciência do sujeito. No entanto, muitas dessas concepções que erroneamente embasam a subjetividade como uma gênese do interior do indivíduo,

a gênese dessa parcialidade está justamente nas relações sociais do indivíduo, quando ele se apropria (ou subjetiva) de tais relações de forma única (da mesma maneira ocorre o processo de objetivação). Ou seja, o desenvolvimento da subjetividade ocorre pelo intercâmbio contínuo entre o interno e o externo, relação essa que Vigotski (1995) descreve quando se refere à gênese das funções psicológicas superiores (SILVA, 2009, p.172).

Por outro lado, percebemos um novo olhar que permite se dirigir a influência do contexto social na construção da subjetividade do sujeito, conforme já mencionamos que se enquadra nas definições recentes.

A subjetividade, nos tempos atuais, é tentar compreender a produção de novos modos de ser, isto é, as subjetividades emergentes, cuja produção é social e histórica. O estudo dessas novas subjetividades vai desvendando as relações do cultural, do político, do econômico e do histórico na produção do mais íntimo e do mais observável no ser humano – aquilo que o captura, submete ou mobiliza para pensar e agir sobre os efeitos das formas de submissão da subjetividade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p.23).

A Psicologia como ciência tem sido construída em diversos campos de atuação, visto que o psicólogo pode elaborar significativas contribuições práticas e úteis em diversos âmbitos inseridos. Quando Wundt (1832-1926) instituiu o primeiro Laboratório de Experimentos em Psicofisiologia, em Leipzig, Alemanha, significou um rompimento histórico dos pensamentos psicológicos de ideias abstratas e espirituais que até o momento legitimavam a existência de uma alma como sede da vida psíquica humana (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Com base desse momento, os autores Bock; Furtado; Teixeira (2008) relatam o fortalecimento da Psicologia historicamente com princípios e métodos científicos. Então, com novos padrões de conhecimentos alguns estudiosos e pesquisadores buscarem limitar traços específicos como objeto de estudo, delimitar o campo de estudo e formular métodos e teorias. Nos Estados Unidos surgiram as primeiras abordagens de Psicologia, que contribuíram para as inúmeras teorias atuais.

A Psicologia, no decorrer de sua história, precisou aderir a princípios positivistas para se firmar como ciência. Este estudo não tem entre seus objetivos, o de aprofundar a análise das teorias que situaram no contexto das concepções epistemológicas e metodológicas características em cada período histórico estudado (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008). Ainda assim, é pertinente percorrer o caminho, que configura, nos tempos atuais, a concepção de homem mencionando algumas de suas influências.

A ratificação do homem como sujeito e o da Psicologia como ciência concretizaram na base da modernidade, que representa o modo de produção capitalista. Nesse mesmo momento, o homem se afirma como sujeito. As características desse período se compõem de grandes transformações econômicas, políticas e sociais, provocando novas concepções de mundo e de homem presentes no pensamento moderno (ARAÚJO, 2014).

O homem surge como advento do capitalismo, um indivíduo livre e sujeito de sua vida. Com a produção do homem na sua existência, por meio da transformação da natureza em sociedade afirma o pressuposto de que as ideias produzidas socialmente estão na base material da sociedade. Conforme a análise de Bock; Gonçalves; Furtado (2011),

o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre-arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupar na sociedade. Isso é possível já que a nova sociedade se abre como um mercado no qual todos podem vender e comprar em função de seus próprios talentos. A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias (p.39).

A partir dessa afirmação do homem como sujeito individual e livre, desprende-se o espaço para uma nova experiência de individualidade cuja subjetividade é conquistada. O capitalismo impôs ao homem a possibilidade de construir uma identidade para si e de viver, pensar e sentir sua experiência como subjetividade individualizada. Entretanto, o capitalismo revela uma ilusão ao considerar a concepção do homem como sujeito livre.

Ao mesmo tempo, aquele indivíduo a quem se pregou a possibilidade da liberdade precisa ser controlado e treinado, para estar a serviço do capital. O Estado passa também a ter questões sobre a individualidade, as subjetividades. Essas novas experiências do indivíduo precisam ser adequadas as necessidades do Estado que representa o capital e a burguesia (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2011, p. 41).

É imposta então aos homens a necessidade de participar da sociedade como na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias. A produção ideológica da burguesia traz o conceito de homem no liberalismo em que todos são livres e iguais, mas apesar dessa condição possuem interesses próprios e individuais. Por outro lado, o romantismo valoriza as diferenças do indivíduo destacando as referências estabelecidas socialmente no período feudal (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2011).

Logo, essa conceituação do homem como sujeito influenciado pelas características do liberalismo e do romantismo implica o reconhecimento aprofundado dessa individualidade de sua experiência designada como subjetividade.

A vivência dessa subjetividade individualizada abre um caminho a outros conflitos. À medida que cada indivíduo buscava garantir sua verdade e liberdade, surgem às formas de

pressão e controle para garantir a manutenção e a continuidade da sociedade. Nesse momento a subjetividade entra em crise.

O mesmo momento histórico que possibilitou a ênfase no indivíduo e em sua subjetividade impõe, contraditoriamente, a necessidade da objetividade do conhecimento. O indivíduo que tem livre arbítrio e pode participar livremente do mercado, com sua força de trabalho (seus talentos) e suas necessidades (reais ou criadas) de consumo é, antes de mais nada, um ser dotado de Razão. E essa razão é o instrumento de liberdade do homem. Esse é mais um fator de afirmação do homem como sujeito e que fortalece a experiência individual como subjetividade (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2011, p. 42).

Até o advento de 1970 a Psicologia realizava suas intervenções sobre três grandes áreas: a clínica, a organizacional e a educacional. O desenvolvimento do conhecimento e das práticas psicológicas emitidas perpassavam os interesses da classe dominante (ARAÚJO, 2014).

O Estado assume questões sobre as individualidades e subjetividades. Assim, as novas experiências do indivíduo precisam ser configuradas as necessidades do Estado, o representante do capital e da burguesia. A subjetividade se modifica em inúmeras formas no contexto histórico. Paralelamente a Psicologia se referencia em outros contextos (FLORENTINO, 2013).

Nesta mesma ótica, consideramos que a inserção da Psicologia em outros espaços pode contribuir em inúmeros processos e movimentos de transformação no cenário brasileiro. Desta forma, Crepop (2007) sinaliza que

Temos muito que ver fora dos consultórios, dos *settings* convencionais. Temos a oportunidade de estabelecer muitos olhares, muitas conexões, muitas redes. Temos a oportunidade de trabalhar com a vida, não com o pobre, o pouco, o menos. Temos o dever de devolver para a sociedade a contradição, quando muitos não usufruem de um lugar de cidadania, que deveria ser garantido a todos, como direito. Para isto devemos nos ocupar de todos os casos, pois eles estão ali, pedindo algo, e, às vezes, porque demoramos demais, nem pedindo estão mais. Mais motivos temos para nos aproximar e retomar o que deve ter ficado perdido nos fragmentos dos atendimentos segmentados, dos encaminhamentos assinalados nos papéis, mas ainda não inscritos na vida (p.12).

## 2.2 PSICOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO TÉORICO

Esse capítulo irá se referir a algumas linhas de pensamento da Psicologia que buscaram construir propostas diferentes do modelo tradicional que consistia no foco, como mencionado anteriormente, a clínica, a organizacional e a educacional. Além de que, faremos articulações nesse processo considerando o contexto brasileiro.

O ser humano no seu processo de constituição traz consigo uma condição social e histórica que não deve ser descartada em seu comportamento. Enquanto algumas linhas de pensamento

da Psicologia traziam a discussão de que o homem era socialmente determinado ou era resultado de si mesmo, a Psicologia Social busca resgatar o indivíduo na construção de sua história com a história de sua sociedade.

Porém o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história. Este homem biológico não sobrevive por si e nem é uma espécie que se reproduz tal e qual, com variações decorrentes de clima, alimentação, etc. O seu organismo é uma infra-estrutura que permite o desenvolvimento de uma superestrutura que é social e, portanto, histórica. Esta desconsideração da Psicologia em geral, do ser humano como produto histórico social, é que a torna, se não inócua, uma ciência que reproduziu a ideologia dominante de uma sociedade, quando descreve comportamento e baseada em frequências tira conclusões sobre relações causais pela descrição pura e simples de comportamentos ocorrendo em situações dadas (LANE, p.12, 2001).

Inicialmente, a Psicologia Social teve sua origem em prol das preocupações decorrentes pela expansão, consolidação e a crise do capitalismo no século XIX, isto é, surgiu a necessidade de estudar as manifestações comportamentais pela interação de uma pessoa com outras pessoas. O conhecimento produzido então teve o intuito de maximizar as boas condições de vida da maioria das populações, principalmente nos países de Terceiro Mundo e interesses da elite (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Nos anos de 1970, a Psicologia Social lançou um olhar crítico a sua própria inserção na sociedade possibilitando que autores dessem visibilidade as condições de exploração e desigualdade vividas na sociedade. Assim, iniciou novas concepções na Psicologia Social trazendo a relação indivíduo sociedade e considera como objeto a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais, em outras palavras

A Psicologia Social é uma área de conhecimento da Psicologia que tem diferentes definições, não apresentando, com clareza, seu objeto de estudo (...) A Psicologia Social está aqui compreendida como o estudo, no âmbito da Psicologia, dos fenômenos sociais a partir da análise da subjetividade que vai sendo constituída ou modificando no decorrer da atuação e inserção social dos sujeitos e, ao mesmo tempo, vai constituindo os fenômenos (GONÇALVES; BOCK 2003 apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p.184).

Nesse sentido, o indivíduo age na sociedade, transforma-a, e simultaneamente ele transforma a si mesmo. Os seres humanos não se limitam as características biológicas, não são inatos, eles criam um mundo de cultura e na interação com esse meio, vai conquistando novas possibilidades de ser. Então, é um processo histórico contínuo de transformação entre o homem e o mundo.

O início do processo de construção da Psicologia Social brasileira foi marcado por Lane (2001), que, fascinada pela vontade de construir uma Psicologia que representasse as demandas e os interesses da nossa realidade. Para ela toda a Psicologia é social. Justamente,

ela esteve à frente da elaboração de conhecimento de uma Psicologia crítica fundamentada no materialismo histórico, sendo a pioneira nas formulações teóricas (COELHO, 2008).

Outros autores relatam esse percurso de que

Com esta afirmativa não negamos a especialidade da Psicologia Social- ela continua tendo por objetivo conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que é manifestação grupal e social. Porém, a Psicologia Social poderá responder a questão de como o homem é sujeito da História e fundador de sua própria vida e da sua sociedade, assim como qualquer outra área da Psicologia (LANE, 1994 apud BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 185).

Lane (2001) também inclui dois fatos fundamentais no conhecimento do indivíduo contribuintes na concepção de que o homem é sujeito e transformador de sua própria história de vida e da sua sociedade. A partir das críticas emitidas a Psicologia Social "tradicional", trouxeram a seguinte contribuição:

1) o homem não sobrevive a não ser em relação com outros homens, portanto a dicotomia Indivíduo X Grupo é falsa – desde o seu nascimento (mesmo antes) o homem está inserido num grupo social -; 2) a sua participação, as suas ações, por estar em grupo, dependem fundamentalmente da aquisição da linguagem que preexiste ao indivíduo como código produzido historicamente pela sua sociedade (langue), mas que ele aprende na sua relação específica com outros indivíduos (parole) (LANE, 2001, p.16).

É importante mencionar a adoção de diversas teorias e metodologias que caracterizam a Psicologia social a partir do momento de insatisfação com o cenário vivenciado. Cordeiro (2013) considera a designação de suas Psicologias Sociais presentes nas práticas sociais. Entre as diversas teorias e metodologias destacamos a busca e o estudo do processo de interação humana atribuindo ao papel do psicólogo estudar a interação humana e suas consequências cognitivas e comportamentais fundamentando-se na neutralidade. Ao contrário, houve a contraposição a defesa da neutralidade na ciência

considerar a Psicologia social como práxis significa, segundo Lane, abrir mão da busca pela neutralidade científica. Afinal, em sua ciência, tanto o pesquisador quanto o pesquisado são, ao mesmo tempo, produtos e agentes histórico-culturais, e definem-se por meio de relações sociais que tanto podem reproduzir as condições sociais em que ambos estão inseridos quanto podem transformá-las (CORDEIRO, 2013, p.720).

A divergência entre esses dois grupos de pensamentos também está presente no posicionamento a respeito do compromisso político, se para Lane (2001) e seus pesquisadores a Psicologia Social busca transformar a realidade. É válido uma breve definição de outras formas de pensar a Psicologia Social que se estende a tantos outros lugares que compõem a complexa realidade que estamos inseridos.

Retornando a Psicologia Social sócio-histórica no Brasil, outros autores colaboram nesse

movimento de reconstrução da Psicologia Social tradicional. Silva (2009) buscou fundamentos em Vigotski (2007) e outros autores soviéticos estudados no Brasil para descrever a vertente histórico-cultural da subjetividade.

Consideraremos ainda a influencia da Psicologia materialista do psicólogo soviético Vygotsky na construção do pensamento da Psicologia Socio-Histórica superando algumas propostas oriundas desde Wundt para a compreensão dos processos psicológicos instituídos da subjetividade como sistema complexos, eliminando a ideia de que o sujeito é reflexo da realidade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Para os sócio-históricos, a subjetividade não está dada como um a priori, mas é uma conquista humana a partir de sua atividade e sua intervenção transformadora sobre o mundo. Estamos agora falando de cada um de nós, mas estamos também falando de nossos antepassados humanos. Se há uma estrutura psíquica, se há conteúdos psíquicos, é porque foram construídos ao longo dos milhões de anos de desenvolvimento da humanidade (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008, p. 73).

Assim, considerar o comportamento humano decorrente de sua origem biológica e naturalista exclui a percepção que considera a sociedade como um produto histórico dialético. Embora a origem da Psicologia traga consigo essa influencia dos processos psicofisiológicos para compreensão do comportamento humano, o homem carece em ser visto como produto e produtor em sua história pessoal e social.

Discutir a subjetividade é direcioná-la a condição material e histórica que perpassa a vida humana e que está entrelaçada na estruturação da subjetividade. A história é extensão fundamental para a compreensão da relação homem-sociedade (COELHO, 2008). Nesse caso, passaremos a falar de subjetividade individual e subjetividade social porque os fenômenos sociais sincronicamente dentro e fora dos indivíduos.

Isso não significa que a subjetividade é interna e nem externa, são dimensões constitutivas de uma nova representação do ser, o interno e externo se integram e desintegram em multiformas no decurso de seu desenvolvimento. Para finalizar a discussão desse processo, Bock; Furtado; Teixeira (2008, p.77) afirma que,

Não há como compreender um indivíduo sem conhecer seu mundo. Para compreender o que cada um de nós sente e pensa e como cada um de nós age, é preciso conhecer o mundo social no qual estamos imersos e do qual somos construtores; é preciso investigar os valores sociais, as formas de relação e de produção da sobrevivência de nosso mundo e as formas de ser do nosso tempo.

A Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO surge em 1980 através de alguns pesquisadores, e a contribuição de outros autores nesse marco histórico em nosso país. Foi uma referencia no rompimento com a Psicologia Social norte-americana, trazendo conceitos novos para práxis do psicólogo. Permitiu a definição de uma orientação teórico-prática

alinhada a concepção de um indivíduo histórico, que se desenvolve numa realidade dinâmica. Essa contínua reavaliação que permite a vida humana se inovar e renovar que nos desprende de um contexto ritualístico e estático (JACQUES; STREY; ET AL, 1998).

O contexto da época do surgimento da ABRAPSO: o país mergulhado na ditadura militar. Hoje a realidade parece ser outra. Os países latino-americanos conseguem construir uma produção em Psicologia Social que não deixa nada a desejar a produção do restante do Ocidente. Contextualizada, histórica, preocupada com a cultura, valores, mitos e rituais, brasileiros e latino americanos em geral, já não veem mais necessidade de importação desenfreada de teorias e métodos cientificistas (JACQUES; STREY; et AL, 1998, p.31).

Embora o rompimento da Psicologia Social com as demais influências dos países norteamericanas tenha direcionado a uma prática voltada as particularidades do nosso país, acredita-se que ainda se refere a um campo novo de atuação, e por isso, carece de novas propostas que auxiliem na atuação do psicólogo no contexto social. Em contrapartida, os avanços já trilhados possibilitam nova percepção da práxis psicológica.

### 2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para uma compreensão mais abrangente desse fenômeno em analisar a participação de usuários nas atividades propostas pela Psicologia nos CRAS, é necessário contextualizar a mobilização histórica das Políticas Sociais em suas reformulações mais atuais na realidade brasileira.

No cenário brasileiro a construção de políticas sociais emergiu de marcos histórico do modo de consolidação do capitalismo no país, um processo caracterizado por três situações principais:

a colonização, que servia ao processo de acumulação de capital nos países centrais, entre os séculos XVI e XIX; o escravismo, cujas as marcas incidiram e ainda incidem decisivamente na cultura, nos valores, nas ideias, na ética, na dimensão das relações sociais e do trabalho, ocupando, assim, um lugar estrutural em nossa sociedade, no sentido social e econômico; e o subdesenvolvimento marcado por um funcionamento desigual, combinado, subordinado e dependente do mercado externo (ARAÚJO, 2014, p.47).

Até a implantação da Primeira República os registros não traziam a legislação social em nenhum relato. Foi a partir de 1889 e 1891 que iniciou os registros referentes à conquista do direito a pensão e de férias para um determinado público de trabalhadores. Nas três primeiras décadas do século XX, houve o momento de organização dos Sindicatos do Brasil, simultaneamente no mundo caracterizou por alterações em decorrência da Grande Depressão (1929-1932), expandindo nacionalmente as forças sindicais e as primeiras greves, entre outros

eventos que culminaram com a Revolução de 30 (ARAÚJO, 2014).

Em seguida, Getúlio Vargas assume o poder caracterizando uma expressão de caráter populista. Durante o seu governo, ele favorecia a classe dos trabalhadores trazendo benefícios das relações de trabalhos e as questões sociais. Assim, ele “construiu um estado social baseado no paternalismo, no mandonismo, no conformismo e na concessão de favores” (Araújo, 2014, p.50). Nesse período a partir das mobilizações relatadas surge a Previdência Social no Brasil garantindo direitos que até então não eram reconhecidos pelo Estado.

Em sequência, aconteceu a reformulação da Constituição Federal de 1988 em que a concepção de Assistência Social no Brasil ganhou uma nova representação voltada para garantia de direitos e de condição digna de vida a população, integrando a seguridade social constituída também pela política de Saúde e Previdência Social.

Deste modo, a Constituição Brasileira de 1988 permitiu uma inovação à forma de organização do sistema federativo brasileiro, redefinindo o papel do governo federal, que passou a assumir prioritariamente a coordenação das políticas públicas sociais, enquanto os municípios, reconhecidos como entes federados autônomos, assumiram a maioria da responsabilidade de execução dessas políticas (CRUZ, 2014, p.20).

A partir de então, constitui-se o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, com a regulamentação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), sendo afirmada como uma política pública. Os processos desencadeados a partir desse marco possibilitaram ações fundamentais para garantir os direitos e promover a cidadania em variados segmentos para a população brasileira (CREPOP, 2007).

O Estado sofreu significativas transformações no que tange ao seu papel com a sociedade. Atualmente, com a ampliação do reconhecimento pelo Estado, referente à luta da sociedade brasileira nos direitos de crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, o cidadão adquiriu a segurança de seu direito e simultaneamente a responsabilidade do Estado com este. Logo, o Estado pode alargar oportunidades de vivência de relações protetivas e de reconhecimento dos sujeitos (BROTTO, T. C. A.; OLIVEIRA, G. C. M.; PATROCINIO, M. K.; 2014).

A Assistência Social como Política de Proteção Social caracteriza uma nova situação para o Brasil. A reestruturação da política pública na direção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, através da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas – Lei n. 8.742/93 e suas modificações), descreve um sistema ampliado, descentralizado e participativo, que provê uma ação da política nos momentos em que as precariedades do lugar e da situação de vida afeta pessoas ou grupos sociais. A Lei n. 9.966 afirma

a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidades básicas (BRASIL, 2012, p.1).

Após a aprovação e implementação do Sistema único de Assistência Social – SUAS, instaurou-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), operacionalizada através do SUAS (2005), traz como projeto político a radicalização dos modos de gestão e financiamento da política de Assistência Social. Essas marcas, se garantidas e legitimadas por meio dos movimentos populares, da participação plena de seus usuários e do fortalecimento dos espaços e instâncias de controle social, deverão fazer com que as ações propostas estejam conectadas com seus territórios, seus sujeitos, suas prioridades. Estamos, então, falando da sua efetividade enquanto uma política para a promoção da vida (CREPOP, 2007, p.11).

Diante disso, os projetos desenvolvidos pela Assistência Social executam por intermédio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). A Proteção Social de Assistência Social oferece aquisições materiais, sociais, socioeducativos ao indivíduo com intuito de suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar, desenvolver suas capacidades para a convivência social e sua autonomia. Seus usuários apresentam fragilidades contingenciais, vulnerabilidades e riscos na trajetória de seu ciclo de vida, em função de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (BRASIL, 2009).

As ações desenvolvidas pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS construídas para redução e prevenção das vicissitudes sociais e naturais do ciclo de vida possuem então um caráter preventivo, protetivo e proativo, para que não ocorra a violação de direitos do indivíduo no âmbito familiar e comunitário. Apesar disso, essas ações não se limitam no atendimento as necessidades materiais do indivíduo com hipossuficiência financeira (BROTTO, T. C. A.; OLIVEIRA, G. C. M.; PATROCINIO, M. K., 2014).

Para tanto, faz-se necessário compreender a repartição da organização dos tipos de Proteção Social que norteiam as ações coordenadas na Política de Assistência Social. O Sistema de Assistência Social depreende-se dos seguintes tipos de proteção

- 1- Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- 2- Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (BRASIL, 2012, p.3).

Dito de outra forma, a Política de Assistência Social se divide em Proteção Social Básica – PSB, e Proteção Social Especial – PSE, sendo que uma se organiza para atender os usuários

que não estão vivenciando violação de seus direitos, mas que precisam de ações para atender as suas fragilidades, e outro serviço que prioriza os atendimentos dos usuários que estão vivenciando situação dos seus direitos já violados, respectivamente.

Na Proteção Social básica o acesso ao serviço ocorre no CRAS, enquanto que na Proteção Social Especial, o equipamento responsável pela execução e desenvolvimento da política é o CREAS - Centro de Referência Especial da Assistência Social (PNAS, 2004).

Para contextualização dos serviços que são referentes às políticas mencionadas anteriormente, descrevemos em síntese os níveis dos serviços prestados no âmbito do SUAS e as respectivas aquisições que são regulamentadas pela Resolução nº109 (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009). Primeiramente, a Proteção Social Básica se responsabiliza em ofertar serviços a partir do CRAS como equipamento de referência e porta de entrada da Proteção Social Básica, em que suas aquisições são distribuídas no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Posteriormente, no nível da Proteção Social Especial, encontramos as aquisições distribuídas em dois níveis: a média complexidade que contempla o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos – PAEFI, Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida – LA, e de prestação de serviços à comunidade – PSC, Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias e o Serviço Especializado para pessoas em Situação de Rua; o segundo nível se refere a alta complexidade que abrange o Serviço de Acolhimento Institucional, Serviço de Acolhimento em República, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Esse nível de Proteção Social Especial tem como unidade de acesso o Centro de Referência Especializado de Assistência Social ou unidade específica referenciada ao CREAS (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2009).

Assim, ambos os serviços se concretizam com articulações entre eles para efetivarem a proposta do Plano da Política de Assistência Social a fim de garantir os direitos dos cidadãos brasileiros, ressaltando a continuidade do referenciamento e contrarreferenciamento que deve ocorrer simultaneamente entre os diferentes níveis de Proteção Social.

## 2.4 A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA

A temática de Políticas Públicas tem conquistado mais espaço em diversos saberes e em múltiplas esferas da sociedade, portanto é indispensável à busca de conhecimento e reflexão nesse campo de atuação para o profissional de Psicologia. A responsabilidade da Psicologia em estar presente nas políticas públicas com intuito de resguardar a dimensão humana das mazelas emergentes da desigualdade social desconstruindo "as clássicas imagens dos desvalidos contentando-se em se conservarem vivos" (SAWAIA, 2009, p. 1) tem se ampliado não apenas na área da saúde, mas também na Assistência Social.

Durante a década de 1990 a Psicologia já havia conquistado o espaço como profissional da saúde estando presentes em novos campos (BARONE, 2012). Diante dessas novas possibilidades na política de Assistência Social, surgiu uma nova demanda de reinventar uma Psicologia que auxiliasse as necessidades de uma população que não estava habituada a intervir.

A inserção do psicólogo no campo das políticas sociais é relativamente recente, como revela o paralelo na construção da Psicologia Social. A atuação da Psicologia brasileira neste campo é recente e complexa, uma vez que ela esteve historicamente emparelhada a intervenções no âmbito clínico e direcionadas as classes sociais economicamente mais elevadas. Em outra perspectiva indaga-se: como a Psicologia pode desenvolver práticas nas políticas que não sejam atreladas aos modelos convencionais? A respeito disso,

acreditamos que atuar nas políticas públicas não significa transpor modelos e aplicá-los: é preciso conhecer as determinações da realidade e as demandas e possibilidades que esta apresenta, assim como é preciso definir a intencionalidade que orienta a ação do profissional (COELHO, 2008, p.3).

Dito isso, o psicólogo deve buscar caminhos a construir práticas voltadas para essa atuação caracterizada por uma práxis que está a se desenvolver com suas fragilidades teóricas e a ausência de reflexão dos profissionais neste âmbito. No entanto, a Psicologia Social traz avanços significativos quanto a essa atuação, oferecendo um legado histórico e científico no domínio da problematização do psicólogo nas políticas sociais, embasado para orientar as possibilidades do trabalho do psicólogo nessa área (COELHO, 2008).

No contexto da década de 80, os profissionais das áreas das ciências sociais e humanas, participavam por meio de movimentos sociais de base, partidos políticos, atuação de sindicatos e universalidades propunham mudanças na esfera da consciência dos indivíduos

sobre sua realidade social e política. Eles se referiam a construção de:

conhecimentos científicos que permitissem prescindir da adoção de modelos importados e que respondessem as especificidades dessa realidade, bem como promover intervenções para a conscientização dos grupos em relação a sua condição de opressão e de dominação social, para que as pessoas, organizadas, pressionassem os governos a atenderem a diferentes demandas sociais, foram questões que se destacaram nesse momento da história brasileira (COELHO, 2008, p. 3).

Assim, a participação de psicólogos nos movimentos de luta social e política ampliou a responsabilização da profissão como compromisso social. Além disso, diversos conhecimentos foram agregados de outras áreas para fornecerem subsídios que auxiliassem no trabalho dos psicólogos na sociedade.

Uma das produções de referência no percurso de construção do conhecimento na Psicologia Social foi a do psicólogo soviético Vygotsky (2007). Sua obra tem ocupado um lugar de destaque por educadores com o desenvolvimento infantil e a aquisição de linguagem. Além disso, sua contribuição está situada no debate de outras reflexões e análises amplas e profundas.

Dotado de um pensamento crítico e analítico, examina todas as correntes psicológicas de sua época, inclusive aquelas que se diziam revolucionárias, para concluir sobre a necessidade de se construir uma nova Psicologia com bases sólidas no materialismo histórico e dialético. Parte, assim, de uma concepção histórica do ser humano que, ao transformar a natureza, se transformou desenvolvendo um psiquismo, produto das funções cerebrais superiores (LANE; SAWAIA, 1995, p.116).

Paralelamente aos progressos que possibilitaram compreender a relação homem e sociedade desenvolvendo a Psicologia Social, salienta a continuidade em avançar nas intervenções frente aos desafios contínuos impostos pela realidade social. Na década de 90, desencadeou outras demandas de ação do psicólogo que suscitaram sua intervenção por um compromisso de contribuir com a mudança da sociedade frente a novos agravamentos da realidade social (COELHO, 2008). Esse compromisso da Psicologia com a transformação social proporcionou uma ponte de ligação entre a Psicologia e as políticas públicas.

Essa realidade crítica que misturava situações relacionadas à fome, a violência, a drogadicção, desemprego, e outras mazelas, eclodiram mudanças na estrutura econômica e social, multiplicando as chamadas organizações não governamentais, serviços públicos e privados para direcionarem a atenção a diferentes segmentos e áreas. Com a ampliação de projetos e programas sociais a Psicologia é confrontada com uma nova atuação e conhecimentos em diferentes áreas (COELHO, 2008).

A atuação do psicólogo na política de assistência social o leva a trabalhar nas fronteiras da exclusão e esbarra nos marcos do capitalismo, empurra o profissional

ao mercado de trabalho onde estão as maiores possibilidades de trabalho e também onde o capitalismo deixa suas consequências mais perversas (BARONE, 2012, p.62).

A importância da subjetividade nas políticas públicas direciona um olhar de intervenção ao afeto, a sensibilidade e as necessidades sublimes essenciais para o ser humano, independente de suas mazelas contingenciais. Nesse momento, é preciso dirigir a ampliação de forma qualificada para não repetir as perversas respostas capitalistas à questão social. A tradição da Psicologia que reconhece o psiquismo e segrega a relação indivíduo-sociedade torna impotente a sua práxis, cristalizada e reduz a subjetividade por desconsiderar o externo com o mundo interior.

O campo da Assistência social tem estabelecido proposta de assumir um compromisso no combate a diversas situações que tornam as pessoas e grupos sociais mais vulneráveis, numa perspectiva antecipatória e preventiva a situações de risco social, para além da tradição herdada pela política de Assistência Social das práticas tutelares e de benemerência. A nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) implica um deslocamento em relação a tradição do trabalho social, visto que a proteção social oferece um conjunto de serviços e benefícios capaz de entender as necessidades da população, bem como contribuir para ao desenvolvimento das capacidades dos cidadãos (BRASIL, 2013).

Inicialmente para trabalhar essas capacidades ou possibilidades dos sujeitos para se tornarem autores de sua história, indivíduos agentes e não apenas reagentes, traz em cena o reconhecimento do direito que reposiciona as relações na sociedade,

Considerando que a cultura da dádiva e da atenção como um favor produz o imobilismo no outro, visto que ao que é dado não cabe reclamação. No entanto, quando publicamente se reconhece um direito, há um reposicionamento nas relações e na atenção àquela dada questão, que agora adquire outra visibilidade. Ressalta que o direito se expressa por meio da prática cotidiana dos profissionais, pois o discurso de direito ganha concretude nessa atenção. Logo, é a alteração das práticas que consolida os direitos em sua garantia e exigibilidade (BRASIL, 2013, p.14).

Pelo contato com a singularidade da vida social e coletiva por meio dos afetos/emoções é que se promove a transformação social, as atividades humanas produzem uma subjetividade autoenriquecedora na relação com o mundo. É válido lembrar que as emoções não são características individuais, mas resultante das relações sociais, políticas e econômicas estabelecidas em um período histórico.

Destaca-se dessa forma, a importância das emoções/afetos na atividade humana, permitindo que seja considerada uma ferramenta no trabalho das políticas sociais, pois a necessidade de reconhecimento e de expansão da vida manifesta na felicidade e na liberdade são tão relevantes e concretas quanto a sobrevivência física e material (BRASIL, 2013, p. 18).

O homem é possuidor de um grau de potência, com uma força interior de se conservar e

preservar na própria existência. Considerando que perseverar na própria existência é além do que permanecer vivo Sawaia (2009) fala sobre esse conceito como um ato de

expansão do corpo e da mente na busca da liberdade, da felicidade, que são necessidades tão fundamentais à existência humana como o são os alimentos e os abrigos, e a reprodução biológica. Daí sua conclusão de que a luta pela emancipação é uma dimensão irreprimível do homem no seu processo de conservar-se, o que pressupõe passar da condição de escravo ao modo livre, da heteronomia à autonomia (p.3).

No entanto, nossa liberdade se torna limitada muitas vezes por circunstâncias que não temos o controle. Nesse sentido, precisamos delimitar a habilidade de transformar nossas competências, e outra coisa se refere à capacidade de alcançar as metas almejadas. Por exemplo, há quem diz que estar desempregado é culpa pura e exclusiva da pessoa. No entanto, dependendo da singularidade da região que o indivíduo reside houve uma redução dos postos de trabalho restringindo sua busca de um emprego e afetando nos resultados dos seus esforços (SAWAIA, 2009).

Nessas circunstâncias, Bauman e May (2010) mencionam a redução das potencialidades do indivíduo por afetação dos outros em que “nossas ações, assim, tornam-se dependentes do julgamento de pessoas, uma avaliação sobre o qual exercemos controle limitado” (p.35), fatores como esse nos restringe a pouco ou nenhuma interposição.

O que demonstramos aqui é o fato de que a liberdade de escolha não garante nossa liberdade de efetivamente atuar sobre essas escolhas nem assegura a liberdade de atingir os resultados desejados. Mais que isso, demonstramos que o exercício de nossa liberdade pode ser um limite à liberdade alheia. Para sermos capazes de agir livremente, precisamos ter mais do que livre-arbítrio (BAUMAN, MAY, 2010, p.36).

Desse modo, nossa liberdade depende mais de quem somos pela percepção de como os outros nos veem, do que considerar o que fazemos. E ainda preza nossas circunstâncias passadas e acumuladas historicamente, que provocam no modo como nos sentimos no tempo presente. Ou seja, a nossa liberdade provoca em nós, simultaneamente, autorização e constrangimento nas relações da vida cotidiana.

Algumas pessoas desfrutam de mais possibilidades de escolhas pelo poder que lhe é referidas.

Assim, ter poder é ser capaz de atuar mais livremente, enquanto ser relativamente menos poderoso, ou impotente, corresponde a ter a liberdade de escolha limitada por decisões alheias - de quem tenha capacidade de determinar nossas ações. O exercício da autonomia de um indivíduo pode levar os demais à experiência de heteronomia (BAUMAN, MAY, 2010, p.53).

Com a (i) mobilidade de existir bloqueia-se no corpo a possibilidade do homem em afetar e ser afetado, assim o homem só pode reagir e não agir no contexto que ele está inserido, "torna-se potência de padecimento, reduzindo nosso esforço de perseverar na própria

existência ao sobrevivencialismo negador da vida" (Sawaia, 2009, p.6).

A desigualdade social se caracteriza por ameaça permanente à existência. Ela cerceia a experiência, a mobilidade, a vontade e impõe diferentes formas de humilhação. Essa depauperação permanente produz intenso sofrimento, uma tristeza que se cristaliza em um estado de paixão crônica na vida cotidiana, que se reproduz no corpo memorioso de geração a geração. Bloqueia o poder do corpo de afetar e ser afetado, rompendo os nexos entre mente e corpo, entre as funções psicológicas superiores e a sociedade (SAWAIA, 2009, p. 10).

Logo, esse mau encontro caracterizado por servidão, segregação e injustiça cristaliza a potência de padecimento, ou seja, o homem em situação de vulnerabilidade vive a ilusão de liberdade e aguarda recompensas, ou protela sua possibilidade de felicidade e liberdade a um futuro, passando a reagir em vez de agir. A afetividade pode se expressar como servidão ou liberdade.

Viver é mais que sobreviver. O homem tem necessidade, sim, de pão, mas igualmente de bons encontros potencializadores de liberdade, felicidade, criação e fruição do belo. - A transformação social não se dá pela derrubada do tirano. Ela requer ações diferentes, mas combinadas para combater as relações de servidão, e uma delas é sempre a mais urgente: agir no sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009, p.9).

O conceito de sofrimento ético-político explanado por Sawaia (2009) orchestra um tipo de padecer provocado por práticas econômicas, políticas e sociais mediante as determinações do processo de exclusão social, que se configuram com o contexto histórico.

O excluído deve, de alguma forma, ser incluído e sentir-se incluído. Trata-se de um modo de inclusão perversa, pois deixa de lado as causas da exclusão e reproduz novas formas de sofrimento ético-político. A superação desse conceito dispõe a ideia de potência de ação, desenvolvendo valores éticos na estrutura de sentimentos, desejos e necessidades (COELHO, 2008 p.52).

Portanto, ao pensarmos no sujeito histórico, usuários de programas sociais

pautamos a afetividade como ideia reguladora, e o papel assumido pelos afetos como caminho para conhecermos a forma como esse sujeito afeta e é afetado pelas intervenções das políticas públicas (COELHO, 2008, p.57).

Assim, concluímos que para contribuição dos objetivos da Assistência Social o Psicólogo pode promover o fortalecimento subjetivo e intersubjetivo nos usuários que compõem o acesso aos serviços ofertados no CRAS para melhorias das condições de vida os indivíduos.

Nesse sentido, concebe que a Psicologia pode contribuir com a quebra de ciclos de vulnerabilidade social, atuando no fortalecimento dos vínculos, nas redes de apoio social e na promoção da autonomia dos sujeitos. Propõe que, ao atual interdisciplinarmente, atendendo crianças, adolescentes e adultos, de forma individual e/ou em grupo, priorizado os espaços de organização social e familiar, os psicólogos podem desenvolver métodos e instrumentos para o acompanhamento e a pesquisa e oferecer encaminhamentos psicológicos quando necessários (ARAÚJO, 2014, p.103).

## 2.5 CRAS

O CRAS é um importante equipamento que proporciona a entrada de usuários ao acesso dos serviços da PSB, localizado em áreas de vulnerabilidade social, executando serviços a famílias e indivíduos que pode ou não desempenhar suas funções básicas considerando a singularidade presente para suas intervenções. Segundo a Cartilha de Orientações Técnicas Centro de Referência – CRAS (BRASIL, 2009),

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (p.11).

A unidade pública estatal não deve buscar obter fins lucrativos, tendo como referência a LOAS assegurando uma Política de Seguridade Social não contributiva, pois é direito do cidadão e dever do Estado certificar o atendimento as necessidades básicas da sociedade brasileira, recorrendo a um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade na intervenção do cenário social (PNAS, 2004).

No entanto, o CRAS não deve funcionar de forma isolada. Para garantir a efetividade do seu funcionamento, é fundamental que exista o diálogo com outros elementos que compõem a rede do SUAS, tais como a PSE, a rede pública e privada, o território de abrangência do CRAS e os respectivos Conselhos e gestões que simultaneamente articulam sua atuação a um objetivo único. Além da articulação a outras políticas voltadas para garantia de direitos e de condições dignas de vida para o sujeito.

É importante articularmos nossas ações às já existentes nas comunidades e realizadas pelos moradores das regiões e territórios atendidos pelo CRAS. Um dos grandes desafios refere-se à articulação com a rede socioassistencial e intersetorial, além do desenvolvimento de ações de forma integrada e complementar, que perceba o sujeito e a comunidade de forma integral e não fragmentada. Esse diálogo permanente fortalece laços e parcerias e potencializa ações de forma continuada (CREPOP, 2007, p.14).

O CRAS estabelece a referência e a contrarreferência para o usuário na rede socioassistencial. Isso significa que o CRAS precisa desempenhar duas funções: na referência a equipe organiza as demandas que surgem e as que são detectadas no território, para garantir o acesso do usuário de acordo com a complexidade da demanda, a garantia desse acesso pode ser pelos

próprios serviços disponíveis no CRAS ou da rede socioassistencial referenciada, ou ainda por meio de encaminhamentos. Enquanto que a contrareferência, diz respeito ao exercício da equipe do CRAS dos encaminhamentos do nível de maior complexidade para garantir a proteção social básica (BRASIL, 2009).

É imprescindível que cada serviço então entenda e cumpra o seu papel, e uma vez que a demanda ultrapasse a competência de cada serviço é orientado que tenha a articulação com os demais espaços disponíveis no território a fim de garantir o atendimento integral a família e aos indivíduos para superar a situação vivenciada. Estudos encontrados (Gonçalves, Saadallah, Queiroz, 2015; Gonçalves, Guará 2010; Scherer-Warren, 2011), reforçam a importante interação que precisa ser desenvolvida entre as políticas e demais serviços para possibilitar maior interação e eficiência na resolução dos problemas sociais.

a proposta da estratégia de trabalho em rede implica em descentralização e compartilhamento de poder nas mais distintas dimensões da vida social. Atualmente se faz necessário um novo tipo de atuação do Estado e da sociedade, no qual as políticas públicas estejam articuladas entre si, superando a histórica fragmentação presente nas ações estatais no Brasil. A formação de redes passa a ser muito importante quando há intenção de provocar desenvolvimento comunitário, isto é, transformações sociais provocadas pelo desenvolvimento do capital humano e social de uma comunidade, gerando certo empoderamento. Esse empoderamento pode se referir ao processo de mobilização social ou a práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades em relação ao seu crescimento, autonomia, melhorias na qualidade de vida, bem como pode se tratar também de ações destinadas a promover a integração dos excluídos dos serviços públicos (GONÇALVES; SAADALLAH; QUEIROZ, 2015, p.8).

Ainda sobre isso, Brasil (2011) traz um importante conceito de rede:

a articulação na rede socioassistencial se traduz por meio de conexões entre as Unidades do SUAS para que, de forma complementar e continuada, possam atender às demandas dos indivíduos e famílias. Nesse sentido, recomenda-se a definição de fluxos para o relacionamento entre essas Unidades, com vista ao atendimento integrado a fragmentação e/ou a sobreposição das ações. A adoção de fluxos deve subsidiar a prática cotidiana de encaminhamentos e relacionamento entre as Unidades do SUAS no acompanhamento a famílias e indivíduos. Para potencializar esta articulação podem ser utilizadas diversas estratégias, a exemplo de reuniões entre instituições da rede, capacitações comuns e realização de eventos para a integração entre as equipes (p.63),

A partir do que foi mencionado acima, percebemos a necessidade de articulação e diálogo não somente da equipe técnica do CRAS, mas também dos diversos atores atuantes, como os demais equipamentos de políticas públicas (CREAS, escolas, unidade de saúde, comunidade, associações entre outros) para potencialização das ações implementadas no território de abrangência. Sendo uma postura inovadora que contribui com novas formas de intervenções nas comunidades, fortalecendo os serviços existentes (CRAS e demais) e promovendo maior

efetivação na garantia dos serviços sociais.

Além de organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais da política de assistência social, PNAS (2004) estabelece que

O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Nesse sentido é responsável pela oferta do programa Integral as Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado (p.35).

O CRAS então assume em sua execução a matricialidade sociofamiliar, elegida pelo SUAS como fator identitário de sua atuação. Isso significa que os atendimentos dos CRAS são destinados as famílias e suas respectivas comunidades, considerando as particularidades de cada instituição familiar e o contexto em que as famílias estão inseridas.

A matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. A família, segundo a PNAS, é o conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas e o compartilhamento de renda e ou dependência econômica (BRASIL, 2009, p12).

Além disso, o CRAS é responsável pela execução do Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, ofertando recursos financeiros, diretrizes e metodologia com intuito do CRAS funcionar conforme previsto pela política social (FLOR; GOTO, 2015). No que se refere ao PAIF, sua execução é obrigatória e exclusiva sendo o principal serviço ofertado pelo CRAS. Além desse, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, ofertado inicialmente no CRAS, sendo seu objetivo, em linhas gerais, o desenvolvimento de novas sociabilidades e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária. O SCFV é um

(...) serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2009, p. 10).

Logo, os serviços potencializam as famílias referenciadas na unidade cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, visando à convivência, a socialização, o acolhimento e a autonomia, bem como promover o protagonismo dos seus usuários para promoção de vida.

Para garantir a operacionalização desse processo Brasil (2006); Brasil (2009) estabelecem que a equipe técnica mínima de referência que deve ser composta por assistente social e psicólogo, entre outros profissionais que devem possuir formação compatível para execução das atividades que perpassam o CRAS. O documento também faz considerações que norteiam a estrutura física, o funcionamento e os recursos que devem ser aplicados e direcionados no CRAS, detalhando a estrutura adequada para o funcionamento do equipamento.

O CRAS não pode ser compreendido simplesmente como uma edificação. A disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município. Assim, são fatores que influenciam a estrutura e o funcionamento do CRAS: as rotinas e metodologias adotadas; as características do território e da população a ser atendida; a importância dada à participação das famílias no planejamento e avaliação dos serviços prestados e ações desenvolvidas; a incidência de determinadas vulnerabilidades no território; os recursos materiais e equipamentos disponíveis; o papel desempenhado pela equipe de referência e sua concepção sobre famílias etc (BRASIL, 2009, p.49).

Além das especificidades que compõem o CRAS, é preciso reconhecer alguns estudos que discutem sobre a aplicabilidade do equipamento, isto é, buscamos encontrar nessa pesquisa a existência de lacunas entre o trabalho prescrito e o real no espaço CRAS. Entre alguns estudos já mencionados ao longo dessa pesquisa, alguns apresentaram impasses no sentido descrito acima (Ramminger, 2001; Barone, 2012; Florentino, 2013; Cruz, 2014). Discussões também de Oliveira et al (2014) trazem articulações das condições atuais que afetam significativamente o desenvolvimento do CRAS correspondente aos pressupostos pela política de PSB:

Por fim, é preciso reconhecer os constrangimentos da política social ao trabalho dos técnicos que atuam na Assistência Social. Ainda que a elaboração de políticas fundadas no acesso à Assistência Social como direito social e os gastos com políticas sociais, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, tenham reconfigurado a área, há precária organização e pouco financiamento do SUAS, tornando improdutivas as estratégias que contenham o avanço das expressões da Questão Social. Tais determinações estruturais se expressam nas precárias condições de trabalho dos técnicos da Assistência Social, na ausência de transparência no repasse e uso do financiamento público, na fragmentação da política social em setores que engessam o planejamento e a execução de estratégias articuladas numa finalidade comum. Nesse aspecto, a ocupação dos espaços de participação política para constituição dos eixos macroestruturais da política social (a exemplo dos Conselhos de Assistência Social), principalmente via mobilização dos usuários dos serviços, pode representar uma alternativa a esses desafios (p.8).

O relato acima é recorrente em outras pesquisas sobre o caráter da aplicabilidade da política de PSB, Florentino (2013) questiona em seu estudo sobre a desproteção profissional que o SUAS deixa como lacuna que conseqüentemente. Uma vez que o arcabouço conceitual do SUAS tenha obtido avanços, o retrocesso da política é perceptível, seja pelas limitações das condições de trabalho, má administração de gestores e as interpretações equivocadas, leva os

profissionais a desempenharem funções incompatíveis com a natureza do CRAS.

Convém ressaltar uma realidade complexa e desafiadora, em que a própria política de gestão recorta o social em diversas partes, por diversos serviços e instituições. É preciso costurar essas diversas partes, pois o sujeito que adentra o CRAS é o mesmo que acessa o CREAS, o CAPS, a escola, ou outros equipamentos públicos e privados. Em outros termos, o CRAS precisa agregar as demandas dos seus usuários a um objetivo comum e criar novas perspectivas dentro da PSB. Vivemos um processo em que ainda haverá muitas lutas a serem assumidas e travadas dentro da política de assistência social (FLORENTINO, 2013).

## 2.6 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS

A partir de 2005, ano que foi consolidado a participação do psicólogo como integrante da equipe técnica desenvolvida no CRAS os psicólogos estão atuando cada vez mais nas políticas públicas (Botarelli, 2008). A abertura para a Psicologia na inserção das políticas públicas contribuiu com novas possibilidades de atuação na interface entre fatores psicológicos e sociais em situações de risco e vulnerabilidades a partir das equipes de referência que compõem o SUAS.

Macedo et al (2011) realizou um mapeamento para identificar a presença do Psicólogo no SUAS, os resultados de sua pesquisa articulam com outros estudos mencionados ao longo desse estudo (Andrade, 2009; Silva, Corgozinho, 2011; Barone, 2012) que afirmam o aumento da inserção dos Psicólogos nos CRAS. No que se refere aos dados encontramos o seguinte:

Sobre a pergunta “quantos somos?”, alcançamos o total de 8.079 psicólogos em unidades de referência do SUAS em todo o país, sendo que, dos 6.322 CRASs pesquisados, 5.034 CRAS contam com psicólogos, e dos 1.224 CREASs pesquisados, 1.110 contam com psicólogos em suas equipes de trabalho. No total, há 6.022 psicólogos trabalhando em CRASs e 2.057 trabalhando em CREASs em todo o país. Estes profissionais estão presentes em pelo menos 67% dos municípios brasileiros (MACEDO et al, 2011, p.8).

Embora a inserção tenha um marco significativo dentro da política do SUAS, percebemos que a caracterização de posturas paternalistas e assistencialistas ainda são encontradas na atualidade, ocasionando uma dissociação entre o discurso de políticas em relação aos direitos sociais e aquilo que efetivamente acontece na prática.

Não é possível afirmar que todos os CRAS consigam realizar intervenções focadas na emancipação e transformação social. Nem mesmo é possível afirmar que um

CRAS consiga escapar de condutas assistencialistas e paternalistas o tempo todo. Como equipamento público que é, no CRAS convivem práticas assistencialistas e mantenedoras do *status quo* e práticas transformadoras. O que diferencia uma conduta de outra é a atitude do profissional que realiza a intervenção, como ele interpreta as leis, normas e orientações vigentes e como ele articula tais conhecimentos com as ações de modo a contribuir ou não para uma mudança social mais profunda, ainda que lenta e gradual (COSTA; CARDOSO, 2010, p.4).

A prática elitizada da Psicologia ainda torna distante o acesso de pessoas menos favorecidas social e economicamente. Apesar de um novo movimento de alteração desse cenário com as políticas de assistência social, é indiscutível a discrepância entre as demandas e disposição de assistência psicológica nos serviços públicos, contracenando com uma realidade rica em possibilidades de atuações, e por outro lado, repleto de dúvidas sobre a necessidade real do Psicólogo e qual seria o seu papel nos equipamentos do CRAS (COSTA; CARDOSO, 2010).

Com isso, mesmo que o campo de atuação para os profissionais de Psicologia tenha sido ampliado, os processos formativos do curso de Psicologia estão se estruturando para complementação da discussão e de referenciais teórico-metodológicos que podem auxiliar na orientação da práxis profissional. Embora a Psicologia tenha um arcabouço teórico que possa agregar na articulação da Psicologia com esses espaços, os profissionais, na maioria das vezes, não tem lançado mão desse material para articular com o conjunto de saberes que já está produzido (SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Por mais que tenham sido desenvolvidos estudos nesse sentido, produções científicas para fomentar a atuação do psicólogo no CRAS permanecem uma lacuna na intervenção de muitos profissionais que buscam reinventar novas formas de atuação da Psicologia no compromisso social.

Todavia, os documentos epistêmico-metodológicos oficiais do trabalho deste profissional no CRAS, apesar de facilmente acessíveis por meio de cartilhas e eletrônico, não se apresentam plenos para orientar a atuação e suprir as dúvidas deste profissional no âmbito do CRAS, além da carência de publicações de referências específicas, ainda que pese a existência de muitos trabalhos já desenvolvidos na ciência psicológica social, particularmente a de orientação comunitária, com base materialista histórico-dialética, e que devem ter suas grandes diretrizes epistêmico -metodológicas e orientações instrumentais adaptadas às peculiaridades do CRAS (SILVA; CORGOZINHO, 2011, p.2).

Em 2007, os Conselhos de Assistência Social e Psicologia publicaram um documento sobre “Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social” (CFP; CFESS, 2007). Nesse texto, houve a contextualização das deferidas atividades que cada profissional precisa desempenhar, orientadas pelos seus respectivos Conselhos, e direciona sobre a necessidade de articulação entre os saberes para proporcionar o desenvolvimento e a efetividade da política proposta pelo SUAS.

A atuação interdisciplinar requer construir uma prática político-profissional que possa dialogar sobre pontos de vista diferentes, aceitar confrontos de diferentes abordagens, tomar decisões que decorram de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissional (CFP; CFESS, 2007, p. 39).

Assim, com a compreensão e análise crítica da Psicologia e do Serviço Social sobre a realidade brasileira de crise econômica e sociabilidade, é possível com o diálogo entre as categorias criarem estratégias para reestruturar o cenário que necessita das intervenções que perpassam a política do SUAS. Além disso, CFP; CFESS (2007) pontuam a necessidade de garantir e articular ao menos três dimensões fundamentais para que os trabalhadores consigam atuar na perspectiva efetiva da política e concretizar o acesso da população aos direitos sociais. As dimensões indissociáveis que o texto se refere são "as atividades exercidas pelos trabalhadores (as), as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício" (CFP; CFESS, 2007, p.43). O trabalho precarizado então é um obstáculo para atuação profissional, a universalização de políticas públicas e a continuidade e qualidade dos serviços e atividades oferecidas no CRAS.

No mesmo ano de 2007, foi lançado um documento sobre a atuação dos Psicólogos nos CRAS, construído pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop, 2007). A orientação desse documento estabelece alguns princípios para nortear a proposta da Psicologia nos CRAS, sendo elas

1. Atuar em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS e da Proteção Social Básica (PSB), cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos cidadãos;
2. Atuar de modo integrado à perspectiva interdisciplinar, em especial nas interfaces entre a Psicologia e o Serviço Social, buscando a interação de saberes e a complementação de ações, com vistas à maior resolutividade dos serviços oferecidos;
3. Atuar de forma integrada com o contexto local, com a realidade municipal e territorial, fundamentada em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais;
4. Atuar baseado na leitura e inserção no tecido comunitário, para melhor compreendê-lo, e intervir junto aos seus moradores;
5. Atuar para identificar e potencializar os recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário;
6. Atuar a partir do diálogo entre o saber popular e o saber científico da Psicologia, valorizando as expectativas, experiências e conhecimentos na proposição de ações;
7. Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade;
8. Manter-se em permanente processo de formação profissional, buscando a construção de práticas contextualizadas e coletivas;
9. Atuar com prioridade de atendimento aos casos e situações de maior vulnerabilidade e risco psicossocial;
10. Atuar para além dos settings convencionais, em espaços adequados e viáveis ao desenvolvimento das ações, nas instalações do CRAS, da rede socioassistencial e da comunidade em geral. (CREPOP, 2007, p. 20-21)

Nesse sentido, Costa; Cardoso (2010) descreve que

O psicólogo atua na identificação e prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais

por oferecer uma escuta qualificada, a qual colabora para transformar os entraves nos desenvolvimentos psicológico e social em problematizações das experiências cotidianas, tendo o caráter preventivo, e não curativo. O diálogo conduz à busca de soluções concretas e criativas para os problemas gerados pela exclusão social e por toda a precariedade da vida humana causada por ela. Ao profissional de Psicologia, cabe privilegiar as dimensões subjetiva e intersubjetiva no atendimento às famílias, oferecendo-se como facilitador das expressões emocional, psicológica e relacional presentes nos processos de exclusão social (p.4).

Considerando que o trabalho precisa ser ajustado em um envolvimento coletivo, acreditando que a intervenção nesse coletivo interfere diretamente na transformação da sociedade. A respeito disso Costa; Cardoso (2010) respaldam que

O trabalho deve ser ajustado a um envolvimento cada vez maior da população com as equipes técnicas que mantêm interesse em programas integrados e participativos. Assim, o psicólogo atua como facilitador dos relacionamentos, favorecendo a convivência e a troca de experiências e ações concretas de solidariedade. As dificuldades e as potencialidades são trabalhadas em conjunto (p.5).

Os usuários normalmente buscam o serviço com um pedido para suprir as necessidades emergenciais, como, por exemplo, a falta de alimento e o acesso a outros serviços, porém o Psicólogo precisa direcionar sua intervenção além dessa falta momentânea, ou seja, é preciso sim intervir nessas situações emergenciais, mas além de intervir no que não está posto no discurso do sujeito.

O psicólogo, no CRAS, reforça a importância da subjetividade e da intersubjetividade no contexto social, muitas vezes, minimizadas nas populações de baixa renda devido às urgências provocadas pela privação das necessidades básicas. É preciso, sim, atender às emergências, mas, também, valorizar os aspectos subjetivos e intersubjetivos dessas pessoas. À Psicologia, cabe uma intervenção que dê voz a essas dimensões (COSTA; CARDOSO, 2010, p.5).

Os grupos desenvolvidos nos CRAS são importantes instrumentos para esse movimento. Eles precisam ser reunidos e direcionados para refletir nos desafios que possibilitam as melhoras das relações familiares e afetar a vida no âmbito social que a família está inserida. A continuidade desses serviços possibilita acompanhar a família e a sociedade, o que vem sendo característica como uma estratégia de prevenção, sendo que faz parte das orientações de que o CRAS deve ser um equipamento de prevenção, não limitando suas práticas no momento que surge as grandes dificuldades demandadas pelos usuários. Ou seja, quando o usuário frequenta o espaço do CRAS além do momento emergencial de dificuldade é possível construir uma dinâmica interventiva das pessoas atendidas, reconstruindo a compreensão da família, e ao mesmo tempo da comunidade (COSTA; CARDOSO, 2010).

Por se considerar ainda uma prática recente, a Psicologia continua encontrando dificuldades na definição das demandas atendidas. As queixas da população e até mesmo por profissionais das mais diversas instituições são bem diversificadas, caracterizando por desde a transtornos

psicológicos como a problemas de aprendizagem. Essa fala também foi contatada em estudos como Andrade (2009); afirmando uma incompreensão de qual seria o lugar da Psicologia no CRAS, por existir outros profissionais que ainda vislumbram a Psicologia como acompanhamento psicoterápico dos usuários, seguindo uma proposta liberal e privado. Portanto, construir um espaço diferente ainda é um imenso desafio para a própria Psicologia.



### 3 METODOLOGIA

O presente capítulo discorre sobre as questões metodológicas desenvolvidas neste estudo. Este capítulo está subdividido em sete partes. Na sua primeira subdivisão será descrito o delineamento da pesquisa. A segunda subdivisão demonstra o campo de estudo estruturado para essa pesquisa. A terceira subdivisão apresenta a descrição dos sujeitos que participaram da pesquisa. Os procedimentos de coleta são descritos na quarta subdivisão, o instrumento de coleta de dados está na quinta parte. Os aspectos éticos que perpassam esse estudo são descritos na sexta parte e para encerrar, na sétima subdivisão será apresentada a análise de dados contemplada para o estudo.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O intuito dessa pesquisa foi investigar a atuação do psicólogo no CRAS, para discutir sobre a participação de usuários nas atividades propostas pela Psicologia nesses espaços de contexto político de proteção social básica, através de uma metodologia científica, a fim de obter novos conhecimentos no campo da realidade social e desenvolver os conhecimentos científicos. Foram realizados levantamentos de dados concretos sobre o referido tema, sendo feita, a princípio, uma revisão bibliográfica envolvendo a análise de livros, artigos e textos de autores que discutem a práxis do psicólogo nos CRAS, bem como outros materiais que referenciam a temática abordada, possibilitando, dessa forma, alcançar um resgate histórico do tema supracitado.

Consideramos está pesquisa descritiva sendo que o seu objetivo principal consiste em descrever as principais características de um fenômeno ou uma população, para contribuir em oportunizar um novo olhar sobre uma realidade já conhecida. Especificando nesse estudo, esse tipo de pesquisa proporciona alcançar um novo olhar no que perpassa o campo social do CRAS (GIL, 2009).

A pesquisa qualitativa é interessante nesse estudo devido seu uso para explorar as compreensões subjetivas dos participantes a respeito de determinado fenômeno, além disso, a escolha pela pesquisa qualitativa tem sido ampliada cada vez mais para avaliação de políticas no âmbito social. A pesquisa qualitativa em seu processo vem respeitando e considerando seu extrato social e sua posição de sujeito sócio-histórico e cultural na sociedade contemporânea.

Freitas (2002) contempla a descrição de estudos qualitativos com o olhar da perspectiva

sócio-histórica, em que se busca compreender os sujeitos envolvidos, e com isso, compreender também o contexto. Apropria-se então de uma perspectiva de totalidade que, leva em consideração todos os componentes da situação em suas articulações e influências correspondentes.

Nesse sentido, outros autores como Bogdan, Biklen, (1994); Vygotsky (1991); consideram que na pesquisa qualitativa com enfoque sócio-histórico a investigação não se restringe em função dos resultados, mas falam em obter é “a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação” (Bogdan; Biklen, 1994, p.16), acatando a reciprocidade do contexto em que estão inseridos, buscando a integração entre o individual e o social.

Assim, as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento. (FREITAS, 2002, p.7).

Sendo assim, considera-se esse método o mais adequado para conhecer as possibilidades e os limites implicados na atuação do psicólogo nos espaços dos CRAS e assim compreender essa realidade mais profunda.

Quanto aos meios, utilizamos uma pesquisa de campo que estuda um grupo específico ressaltando a interação dos seus componentes, considerando a flexibilidade apresentada pelo estudo de campo, realizando um aprofundamento das questões propostas pela pesquisa ressaltando a interação de seus componentes. O sentido pesquisa de campo mudou muito ao longo de inúmeras discussões que inicialmente se referia a observação e interação com os sujeitos em seu "habitat natural" (COULON, 1995).

O campo não se refere a um lugar, mas um método utilizado em que o foco está na compreensão dos sentidos que perpassam o interesse da pesquisa, a respeito disso Spink (2003) considera que

campo é o campo do tema, o campo-tema; não é o lugar onde o tema pode ser visto – como se fosse um animal no zoológico – mas são as redes de causalidade intersubjetiva que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, que não são necessariamente conhecidos uns dos outros. Não se trata de uma arena gentil onde cada um fala por vez; ao contrário, é um tumulto conflituoso de argumentos parciais, de artefatos e materialidades (p.19).

As entrevistas contaram com um roteiro semiestruturado que foram empregadas com os participantes. A coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas é compreendida como um instrumento formal para se obter informações de atores sociais por meio da fala. Conforme fala Laville (1999):

A entrevista semiestruturada são perguntas abertas, feitas verbalmente, sendo que tem uma ordem prevista, mais que podem ocorrer mudanças na hora dependendo do nível da entrevista, podendo assim o pesquisador, acrescentar algumas perguntas para o melhor esclarecimento e entendimento (p. 188).

Os dados foram coletados por meio de conversas orientadas por um roteiro semiestruturado (APÊNDICE A), o registro dos dados foram realizados com a utilização de um gravador. O conteúdo das entrevistas foram transcritos na íntegra, posteriormente, foi realizada a análise do conteúdo das informações. Essa pesquisa esteve comprometida com o uso fidedigno e ético das informações coletadas, portando não apresentou riscos aos participantes.

De acordo com Bauer e Gaskell (2003), as transcrições obtidas durante uma entrevista, compõem um material clássico da análise de conteúdo, “são textos escritos que já foram usados para algum outro propósito [...], contudo, podem ser manipulados para fornecer respostas às perguntas do pesquisador” (p. 195), respondendo desta maneira os objetivos específicos mencionados nesse estudo.

Para Gil (2009), o instrumento de coleta de dados possibilita ao pesquisador uma interação com o investigador sendo uma técnica muito utilizada nas ciências sociais, além de oferecer flexibilidade para a captação dos dados.

Os dados foram tratados pelo apoio do método de análise de conteúdo, constituído como uma das técnicas mais utilizadas em estudos qualitativos. Tal proposta é calcada por Laurence Bardin (2011), professora da universidade de Paris V, e que embora a autora sinalize que a análise de conteúdo já era utilizada desde as primeiras tentativas da humanidade em analisar livros sagrados, somente em 1997 a obra foi publicada pela autora (CÂMARA, 2013).

Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo designa como

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (p. 47).

Para Richardson (2010) as técnicas da análise de conteúdo tem se modificado através do tempo, aperfeiçoando técnicas e diversificando seu campo de aplicação, para inferir em conhecimentos relativos às mensagens. Pode ser caracterizada pela sua natureza científica em que

a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características (gramaticais, fonológicas, cognitivas, ideológicas etc) e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador. A leitura feita deve ser transmissível. Isso é, a forma de trabalho de um pesquisador deve ser exposta de maneira tal que possa ser repetida

por outros pesquisadores (RICHARDSON, 2010, p.224).

Outros autores (Câmara, 2013; Silva, 2005; Godoy, 1995) relatam a diversidade na aplicação da técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais caracterizando como uma ferramenta útil para interpretação das percepções dos atores sociais. Câmara (2013, p.13) traz em suas colocações que "ainda que não há, no método, um esquema rígido de utilização e que o cientista social pode e deve utilizar esta flexibilidade, entretanto permanece o compromisso de imprimir nitidez ao quadro teórico e a postura metodológica".

Portanto, a análise de conteúdo é uma técnica utilizada nessa pesquisa para análise das informações, a partir do que foi colhido pelo pesquisador, durante as entrevistas. Durante a análise do material, classificamos os dados em temas para auxiliar na compreensão dos discursos. Assim, podemos comparar os dados coletados para nos levar a concluir a hipótese formulada anteriormente sobre como a Psicologia contribui nas atividades realizadas no CRAS, tendo como referência municípios que compõem a Grande Vitória.

### 3.2 SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Então a partir do momento que lançamos o olhar para aprofundar a compreensão do tema proposto, já estamos no campo. Na pesquisa em que se pretende buscar compreender a informação diretamente com a população pesquisada, exige do pesquisador um encontro mais direto com os participantes. Assim, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno acontece.

Assim, o campo de estudo dessa pesquisa é contemplado pelo equipamento constituído como CRAS, que compõe um serviço oferecido dentro da Política de Assistência Social, com políticas que contemplem a PSB em que o intuito é atuar na prestação de serviços e programas socioassistenciais para famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, voltado para população em situação de vulnerabilidade. O equipamento foi constituído como entendimento de obrigação do Estado, além disso, é preciso articular sua prática com outras instituições a fim de prover a proteção e socialização dos membros do território que estão inseridos (BRASIL, 2012).

A exploração do campo iniciou-se com uma reunião com a Gerência de Gestão da Assistência Social da Prefeitura de um município que não será descrito, órgão responsável pelos CRAS do município. Todos os passos para a inserção no campo de pesquisa foram documentados por autorização e termo de consentimento da pesquisadora.

No entanto, é importante mencionar que essa proposta inicial para em realizar entrevistas com os CRAS de apenas um município do Estado do Espírito Santo não pode ser contemplada. Realizamos o contato com a Secretária Municipal de Assistência Social - SEMAS no mês de julho de 2015 e agendamos uma reunião com a equipe responsável. Eles solicitaram algumas alterações no projeto de pesquisa para liberação da coleta dos dados, porém, após o envio das alterações requisitadas não responderam dentro do prazo estipulado o parecer para autorização da pesquisa.

Com isso, percebemos a dificuldade no decorrer da pesquisa em obter a resposta da SEMAS devido suas demandas internas prioritárias, o curto prazo para coletar os dados, e para desenvolver a análise dos mesmos. Logo foi preciso alterarmos o processo de seleção dos participantes. Sendo assim, para que essa pesquisa alcançasse os 10 participantes fizemos contatos aleatórios por acessibilidade, com Psicólogos que aceitassem participar da entrevista, considerando em todos os momentos o sigilo desses profissionais. Vale ainda relatar que alguns profissionais que foram contatados não aceitaram participar dessa pesquisa.

### 3.3 SUJEITOS E LOCAL DA PESQUISA

Os participantes constituem partes integrantes dos fenômenos sociais e do processo de conhecimento. Essa pesquisa contou com entrevistas compostos por 10 Psicólogos que atuavam nos CRAS da Grande Vitória.

A contextualização do pesquisador é também relevante: ele não é um ser humano genérico, mas um ser social, faz parte da investigação e leva para ela tudo aquilo que o constitui como um ser concreto em diálogo com o mundo em que vive. Suas análises interpretativas são feitas a partir do lugar sócio-histórico no qual se situa e dependem das relações intersubjetivas que estabelece com os seus sujeitos. É nesse sentido que se pode dizer que o pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa, porque se insere nela e a análise que faz depende de sua situação pessoal-social (FREITAS, 2002, p.9).

De forma aleatória realizamos contato com Psicólogos que atuavam no CRAS, no momento que foi realizada as entrevistas. Os psicólogos que aceitaram participar e responder a entrevista semi-estruturada foram compreendidos da seguinte forma: 10 psicólogos que atuam nos CRAS da Grande Vitória durante a entrevista, sendo 9 psicólogos do sexo feminino e 1 psicólogo do sexo masculino. Os participantes foram identificados como: Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4, Entrevistada 5, Entrevistada 6, Entrevistada 7, Entrevistada 8, Entrevistada 9, Entrevistado 10. A suas falas registradas nas análises estarão sempre reconhecidas pela identificação do profissional conforme foi mencionado acima.

Quanto a descrição dos municípios, essa pesquisa optou em não revelar quais foram os municípios que participaram dessa pesquisa, a fim de preservar a identidade dos psicólogos e seus respectivos locais de trabalho.

### 3.4 PROCEDIMENTOS DA COLETA DE DADOS

A partir do momento em que os psicólogos aceitavam participar da pesquisa, eram marcadas as entrevistas em espaços que contemplavam a disponibilidade e o acesso facilitado para eles. As entrevistas foram agendadas em contatos prévios, por meio de ligações telefônicas, em dias e horários estabelecidos pelos profissionais.

Consideramos nesse processo

a entrevista é compreendida como uma conversa entre pesquisador e interlocutor com a finalidade de compreender um assunto ou problema a partir do modo como este último o apreende, vivencia, sente e pensa. Como essa não é uma tarefa simples requer diversos cuidados do pesquisador (ARAÚJO, 2014, p.131).

Os dados então foram coletados em dias estabelecidos aleatórios, durando em média uma hora cada entrevista, os locais também foram diversificados, como, por exemplo, locais públicos e algumas entrevistas no próprio equipamento dos CRAS. Os dados foram coletados entre dos dias de 01 de setembro de 2015 e duraram até 25 de setembro de 2015. Foi esclarecido com os Psicólogos os objetivos da pesquisa e o termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO A), após a leitura do termo, foram feitos os devidos esclarecimentos e foi solicitada a assinatura da participante. Também destacava que seus relatos não seriam, em qualquer hipótese, identificados e que o manuseio das informações colhidas seria tratado com o devido respeito. Posteriormente, solicitava a permissão para ligar o gravador para iniciar a entrevista.

A entrevista era sendo direcionadas pelos princípios éticos envolvidos na relação entre o pesquisador e o participante, respeitando o momento do participante, seu tempo de resposta, as emoções vivenciadas a partir de cada questão e suas opiniões profissionais e pessoais. Nas entrevistas percebemos discursos semelhantes, além de angústias vivenciadas por alguns profissionais nos relatos de sua atuação.

Ao encerrar a entrevista, agradecia o compartilhar de suas histórias profissionais e a disponibilidade em participar desse estudo, pontuava a riqueza nos discursos e salientava o quanto contribuía para o desenvolvimento da pesquisa. Questionava se havia alguma dúvida quanto a entrevista realizada e ressaltava que poderiam entrar em contato posteriormente para

quaisquer questionamentos. Além disso, deixamos livre se eles quisessem acrescentar alguma informação que não foi perguntada durante a entrevista. Alguns psicólogos destacaram a importância desse estudo considerando as recentes e poucas publicações sobre a atuação do psicólogo nos CRAS, além de pedirem um retorno do trabalho quando fosse concluído para contribuir em sua atuação.

### 3.5 ASPECTOS ÉTICOS

Os Psicólogos entrevistados foram informados sobre o objetivo da pesquisa e foi apresentado o Termo de consentimento livre e esclarecido, tendo como intuito a obtenção da autorização para gravação dos relatos em áudio, transcrição, bem como o total sigilo das informações colhidas, principalmente sobre a identidade dos voluntários. Sendo assim o documento assinado, foi destinado uma cópia a cada uma das partes: pesquisados e pesquisadora. Em qualquer momento o voluntário pode obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados.



## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Considerando os objetivos desse estudo, foram entrevistados 10 psicólogos que atuam nos CRAS da região da Grande Vitória. Foram investigados aspectos relacionados a atuação do profissional de Psicologia, com a finalidade de compreender os resultados de sua atuação nos usuários do CRAS e assim, verificar a contribuição da Psicologia nesses espaços.

Portanto, este capítulo apresenta as análises e discussões relacionadas com as opiniões relatadas pelos participantes sobre as possibilidades e os limites do trabalho do psicólogo no campo da assistência social. Para uma melhor compreensão do tema proposto, o trabalho está subdividido em capítulos descritos a seguir.

### 4.1 PERFIS SÓCIO DEMOGRÁFICOS DOS PSICÓLOGOS ENTREVISTADOS

Com relação ao perfil dos participantes desse estudo, e para preservar o anonimato dos participantes dessa pesquisa, foram atribuídas as seguintes identificações para os Psicólogos entrevistados: Entrevistada 1, Entrevistada 2, Entrevistada 3, Entrevistada 4, Entrevistada 5, Entrevistada 6, Entrevistada 7, Entrevistada 8, Entrevistada 9, Entrevistado 10.

Dos 10 Psicólogos entrevistados que colaboraram com esse estudo 9 são do sexo feminino e 1 Psicólogo do sexo masculino, possuem idade entre 24 e 48 anos de idade. Foram solicitados aos participantes os dados referentes à conclusão de sua graduação, os psicólogos que responderam a conclusão de sua graduação de Psicologia entre os anos de 1992 e 2014. No que se refere ao tempo de atuação no campo do CRAS, percebemos que os entrevistados estão entre 4 meses e acima de 10 anos atuando no CRAS. Esses dados estão mais bem descritos abaixo na Tabela 1 - Dados sócio demográficos dos Psicólogos.

Tabela 1 – Dados sócio demográficos dos Psicólogos

Entrevistado	Sexo	Idade	Ano de Formação em Psicologia	Tempo de atuação no CRAS
Entrevistado 1	Feminino	24	2014	10 meses
Entrevistado 2	Feminino	27	2014	10 meses
Entrevistado 3	Feminino	30	2007	04 meses
Entrevistado 4	Feminino	33	2007	06 anos
Entrevistado 5	Feminino	31	2012	07 meses
Entrevistado 6	Feminino	29	2010	09 meses
Entrevistado 7	Feminino	39	2003	06 anos
Entrevistado 8	Feminino	28	2011	03 anos
Entrevistado 9	Feminino	24	2012	09 meses
Entrevistado 10	Masculino	48	1992	Acima de 10 anos

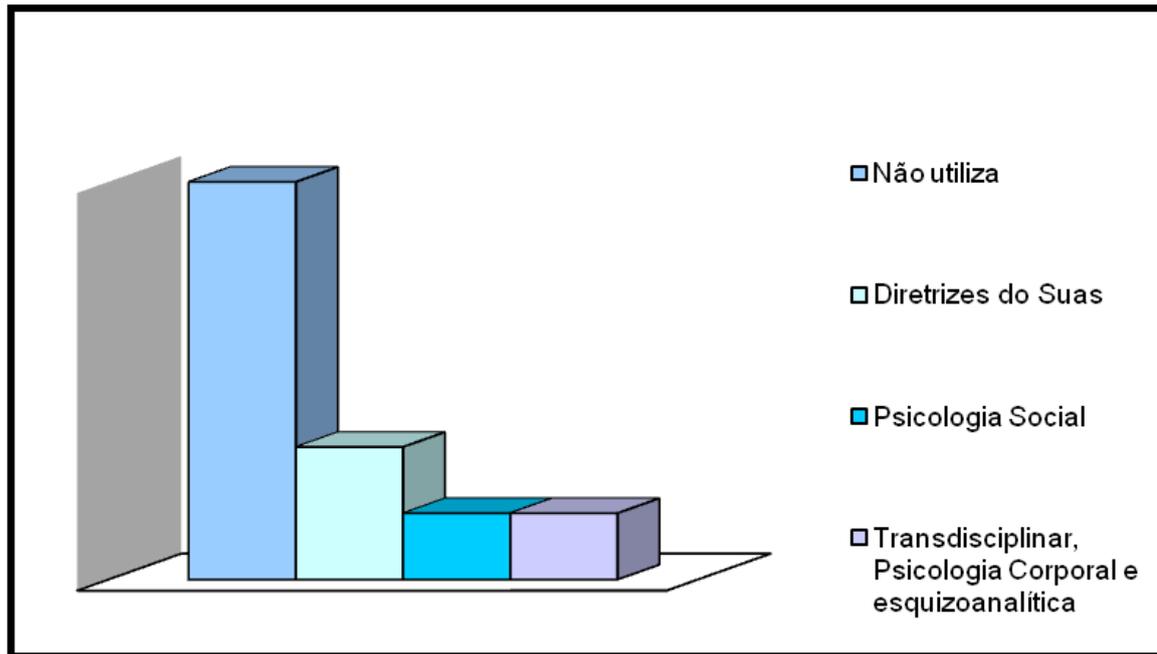
Fonte: Elaboração Própria

Além disso, alguns dos Psicólogos entrevistados atuam em CRAS semelhantes, mas desenvolvem atividades diferentes no equipamento.

#### 4.2 O PSICÓLOGO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Primeiramente no que diz respeito à atuação do Psicólogo no CRAS, foi questionado a abordagem ou referencial teórico do profissional na sua práxis. Percebemos no Gráfico 1 uma porcentagem acentuada de profissionais que relatam não assumir um referencial teórico para desempenhar seu trabalho, que corresponde a 6%. Enquanto, 2% relatam considerar as diretrizes da própria política do SUAS para direcionar sua práxis, 1% refere ter como base teórica para o desenvolvimento do trabalho os conhecimentos da Psicologia Social e somente 1% faz menção de uma abordagem transdisciplinar, vinculada a Psicologia Corporal e esquizoanalítica.

Gráfico 1 – Referencial Teórico



Fonte: Elaboração própria

Alguns materiais já foram produzidos para orientar a atuação do profissional no CRAS, estudos como Brasil (2006); Brasil (2007), Tipificação Nacional dos Serviços socioassistenciais (2009), e o guia de referencias técnicas para atuação do Psicólogo elaborado pelo Crepop (2007). No entanto, os entrevistados não reconhecem a existência de uma produção científica e teórica que possa dar conta de orientar a atuação do Psicólogo no CRAS.

eu acho as orientações técnicas, não tem nenhuma legislação dentro da Psicologia, não temos muita legislação do que diz que deve ou não fazer, temos diretrizes da política e nossa profissão que é o Crepop (ENTREVISTADA 9).

Esse posicionamento, dos profissionais não reconhecerem ou assumirem uma base teórica para embasar suas práticas, também foram constatados em outras pesquisas. Araújo (2014) afirma que a realidade encontrada pelo profissional está distante dos materiais bibliográficos produzidos, não sendo coerentes com a realidade encontrada pelo profissional, assim não garantindo a minimização das dúvidas sobre procedimentos mais específicos e práticos para sua atuação. Apesar disso, também é importante salientar que independente do espaço onde o profissional de Psicologia é inserido faz-se fundamental uma base teórica para embasar a prática desenvolvida, nesse sentido torna-se preocupante o não reconhecimento de nenhuma base teórica que possa dar suporte às práticas profissionais, nesse sentido, há um grande risco do profissional “perder” sua identidade baseando seu exercício profissional em práticas do senso comum.

De acordo com Paiva; Yamamoto (2008), a ausência de embasamento teórico na atuação do psicólogo no campo social é resultante de uma não formação acadêmica direcionada para as políticas públicas. Assim, a Psicologia acaba transpondo modelos que reforça mecanismos de individualização oriundos das práticas tradicionais cuja preocupação estava na categorização dos indivíduos, e além de que, as teorias e as práticas não eram voltadas para a população de baixo nível socioeconômico e cultural. Isto é, os padrões interventivos da classe média eram direcionados para uma população que, em sua grande parcela, não tinha acesso a serviços que podem reger a Psicologia.

É importante considerar que o Entrevistado 10 coloca que aprendeu muito mais na prática vivenciada no espaço do CRAS devido sua inserção ter sido simultaneamente com a implementação dos CRAS no SUAS

a grande maioria a concepção da academia né focada na clinica, mudou muito, tem profissionais que tem trazido essa discussão tá se falando disso, mas eu ainda sinto essa dificuldade de profissionais que chegam, quando se inscrevem para trabalhar no CRAS, vem no CRAS e não ficam... Até mesmo o que eu sei hoje de trabalho de grupo eu aprendi basicamente depois de formar (ENTREVISTADO 10).

Nesse sentido a proposta do Crepop (2007) para orientar aos psicólogos com práticas relevantes apresentando referencias para atuação dos profissionais se referem a

Uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, da saúde, com a promoção da vida e que leve em conta o contexto no qual vive a população referenciada pelos CRAS tem o suporte teórico e prático de Sílvia Lane, Martín Baró, Sawaia e de vários outros estudiosos da Psicologia Social, da Psicologia Comunitária, da Psicologia do Desenvolvimento, da Psicologia Institucional, dentre outras (p.14).

Percebe-se que a descrição do Crepop (2007) aponta para perspectivas amplas de atuação, fazendo com que o profissional de Psicologia encontre uma diversidade de intervenções nesses espaços. O que pode ser positivo no sentido de permitir o desenvolvimento das várias teorias da Psicologia no CRAS uma vez que independente de ser a atuação no campo da Assistência Social, a Psicologia em todos outros espaços de atuação apresenta essa diversidade de sua atuação, não tendo uma única linha de atuação. É importante considerar também a subjetividade que perpassa o ser humano, sendo inviável uma rotulação tanto para fazer psi como para o ser humano. Além disso, considerando a atuação da Psicologia de forma generalizada percebemos que não encontramos a definição clara de como é a atuação, ou seja, na formação acadêmica o estudante vai desenvolvendo sua prática a partir das teorias e perspectivas estudadas, porém não há uma linha que o direciona de forma pronta em como deve desenvolver sua atuação em que na maioria das vezes o profissional esperar a exposição de um passo a passo. Logo, como o profissional se questiona de não ter um arcabouço teórico suficiente para descrever e direcionar sua atuação no CRAS sendo que a Psicologia em seu

desenvolvimento já deixou de seguir concepções tradicionais e já oferece referenciais para o profissional, a partir daí construir a sua práxis.

Os entrevistados relatam diversidade do papel do Psicólogo no CRAS, em que o olhar individual de cada profissional pode variar na intervenção a ser desenvolvida com o usuário.

existe vários tipos de atuação, até mesmo dentro do meu CRAS tem mais um psicólogo, e nós temos angústias diferentes, perfis diferentes, concepções diferentes, condução de grupo diferente, e o que é mais importante? Eu entendo uma coisa e ele entende outra (ENTREVISTADA 9).

(...) a diferença que eu vejo é mais de percepção, uma das meninas é mais da Psicologia comportamental, então ela age mais sobre o comportamento das pessoas (ENTREVISTADA 1).

Diante dessas constatações, percebe-se que no cenário da Psicologia no CRAS, os profissionais ainda desempenham seu trabalho de acordo com sua perspectiva individual, o que pode justificar a dificuldade de reconhecimento de uma prática importante da Psicologia na assistência social – em que muitos profissionais, tanto psicólogos quanto de outras áreas não conseguem reconhecer como a Psicologia pode contribuir tanto no CRAS quanto em outros espaços da assistência social. No entanto, precisamos refletir no discurso de culpabilização das lacunas presentes no contexto acadêmico, a Psicologia já não segue os modelos tradicionais, percebemos ao longo desse estudo o comprometimento em desenvolver e efetivar um compromisso social da nossa ciência com o contexto do nosso país. Assim, a fala dos profissionais precisam ser repensadas porque a Psicologia não tem apresentado o olhar “miope” diante da realidade social como historicamente apresentou, é responsabilidade do profissional em formação e durante sua atuação apropriar do conhecimento que já tem disponível e construir sua prática a partir desse caminho novo que a Psicologia já tem seguido. A prática coesa da Psicologia não deve ser compreendida como uma única linha de pensar e fazer sua atuação no campo da Assistência Social.

Ainda sobre isso, as considerações do Crepop (2007) apontam possíveis referências teóricas para os profissionais buscarem atrelar na sua prática, tais como a perspectiva comunitária, social, institucional. Todavia, como foi mostrado na fala dos profissionais a formação é deficitária, até mesmo o Entrevistado 10 que está no CRAS desde sua implantação, relata que aprendeu a trabalhar com grupos após a sua formação, no entanto, é importante ressaltar que o ano de formação do entrevistado se refere antes da própria consolidação da Política de Assistência Social, sendo que essa realidade não tem se aplicado atualmente, pois na formação acadêmica temos vislumbrado um cenário com possibilidades de espaços com discussões e produção de conhecimento que pode ser significativos no campo da Assistência Social. Cabe ainda ao profissional se apropriar desse movimento que tem sido posto.

No que se refere a descrição da atuação de outros profissionais inseridos no CRAS, profissionais estes que, segundo as orientações técnicas dos CRAS devem compor a equipe técnica (BRASIL, 2009), alguns entrevistados apontaram uma diferença na atuação do Psicólogo para outros profissionais. Primeiramente, houve considerações a respeito do profissional de Serviço Social, as Entrevistadas 2, 5 e 6 trouxeram contribuições da respectiva categoria ao trabalho desenvolvido pelo psicólogo, principalmente no que diz respeito as diferenças nas articulações realizadas por cada profissão. Ou seja, psicólogos relataram a importância do trabalho multidisciplinar efetuado pelo psicólogo e assistente social.

Em oposição a essa fala, a Entrevistada 1 e Entrevistado 10 falam da difusão do trabalho efetuado pelo psicólogo e assistente social, mas não deixa de considerar uma diferença da atuação.

O trabalho do Assistente Social e do Psicólogo no CRAS eu vejo que é muito, eles muitas vezes se misturam mesmo e eu não vejo tanto problema nisso na verdade, a gente não precisa se diferenciar do outro, mas a gente tem sim a nossa especialidade né que a gente vai contribuir de uma outra forma (ENTREVISTADA 1).

Como a gente tava muito inseguro, a gente atendia em duplas, aí o tempo foi passando as pessoas foram saindo por conta de final de contrato ou ausência de concurso público, esses profissionais deixaram de fazer o atendimento psicossocial para fazer atendimento social. (...) e aí a gente perde muito no atendimento a essa família, porque por mais que você tenha uma escuta apurada quando você tá com outra pessoa e não precisa nem ser psicólogo um outro profissional ele percebe coisas que de repente você não percebeu, então a gente perdeu muito com isso aí, em contrapartida hoje por exemplo no CRAS era só psicólogo que fazia atendimentos individuais e grupos, hoje não, por mais dificuldades que tenha o assistente social em fazer grupo ele também coordena o grupo de acolhida, grupos com propostas de trabalhar leis, antes não, então isso mudou, mas tem muito a se conquistar ainda. (ENTREVISTADO 10).

Todavia, é importante considerarmos a seguinte questão: qual seria a relevância do psicólogo estar no CRAS se sua prática ocorre similar à outra categoria? Como foi mencionado na fala do Entrevistado 10 a insegurança da Psicologia nas intervenções mesclou-se com a atuação serviço social, e os profissionais desempenham atividades semelhantes como considerou a Entrevistada 1. Brasil (2007) prescreve que o trabalho no CRAS precisa ser realizado por equipes interdisciplinares a fim de alcançar aspectos materiais e imateriais que se atrelam na situação de vulnerabilidade social e de risco social. No entanto, são pensamentos que possuem formações e atuações diferenciadas, caso contrário, não justificaria a inserção do profissional de Psicologia nesse campo, poderia ser qualquer outro profissional então.

CFP; CFESS (2007) orienta a atuação das respectivas profissões, tendo como referencia o código de ética profissional de cada profissão para gerir as competências profissionais, e ao mesmo tempo, incentivar a atuação interdisciplinar para contribuir com os objetivos da

política de assistência social. Além disso, Barone (2014, p.93) sinaliza em seu estudo que "ainda foi possível observar que não há ações específicas, que apenas o Psicólogo realize no CRAS".

Entretanto, o autor mencionado acima traz aspectos em sua discussão que expressam a contribuição dos saberes da Psicologia no CRAS.

Identificar e conseguir expressar a atividade de trabalho do psicólogo no CRAS como produtora de conhecimento foi um resultado significativo da pesquisa. Evidenciar que na distância entre trabalho prescrito e real há produção de saberes que ultrapassam aqueles adquiridos na formação profissional ou aqueles já sistematizados e mobilizados pelos trabalhadores, foi o resultado mais importante. (BARONE, 2014, p.127).

Isso pode ser observado no relato da Entrevistada 9, o quanto a Psicologia contribui nas atividades do CRAS estimulando um novo intervir de outros profissionais que atua no mesmo espaço.

E o trabalho do psicólogo contamina os outros, assim as assistentes sociais faziam um trabalho muito pontual, ah vamos falar sobre dengue com um grupo de trinta pessoas, ontem elas fizeram diferente, ontem elas dividiram em grupos e colocaram assim: gente quais os problemas e avanços? E aí elas começaram a escrever e as municipais estavam debatendo, teve uma que fez uma reflexão: "Município ta ganhando uma praça para animais, por que a gente da periferia não ganha nada?". Olha o nível de reflexão que elas fizeram de como elas estão desassistidas mesmo, porque não é garantindo uma cesta básica que vai comprá-los. Não! Eles tem uma visão ampliada, a gente só precisa caminhar com eles, dá as dicas e eles vão seguindo (ENTREVISTADA 9).

A articulação entre o psicólogo e o assistente social, e até mesmo outros saberes que podem estar inseridos no equipamento é mencionada como uma estratégia para alcançar os objetivos do que as Políticas Públicas direcionam para concretização. Nesse sentido Crepop (2007) faz consideração a prática interdisciplinar,

Quando os profissionais têm disponibilidade para revisitar e aprimorar suas ações, com base no conhecimento compartilhado com diferentes profissionais e usuários, realizam troca de saberes e constroem práticas interdisciplinares mais colaborativas, ricas e flexíveis. A prática interdisciplinar é uma prática política, um diálogo entre pontos de vista para se construir leituras, compreensões e atuações consideradas adequadas, e visa à abordagem de questões relativas ao cotidiano, pautadas sobre a realidade dos indivíduos em seu território (p.20).

Essa ideia aliada a prática da Psicologia nos CRAS com a Psicologia Social é mencionada também por outros autores como Afonso (2008) a fim de construir uma abordagem participativa para a proposta do desenvolvimento de potencialidades, na autonomia dos usuários e no fortalecimento de vínculos sociais.

Pensando sobre isso, foi relatado pelos entrevistados 5 e 10 que

você acaba que, eu sei que é um pouco clichê, mas são individualidades, sei que cada um tem um jeito mas não distancia, a gente pensa muito junto, tem um evento,

assim ainda mais pelos desafios e dificuldades então a gente pelo menos a minha equipe é muito unida nesse sentido todo mundo tenta pensar junto (ENTREVISTADA 5).

É inovar sempre a gente busca alguma coisa diferente para fazer, mas eu acho que sempre dentro na proposta do trabalho, você pegar uma família e ir fazer um trabalho na rua pode ser uma inovação (ENTREVISTADO 10).

Conforme expressou Entrevistado 10 surgem dificuldades em alguns profissionais de orientar os usuários nos programas existentes, em que o profissional não conhece os critérios de elegibilidade e as condicionalidades dos programas para encaminhar ou cadastrar as famílias.

Então hoje eu atendo, se tem um caso que eu preciso de orientação porque essa questão do benefício eu ainda sou leigo, conheço os critérios, mas os caminhos que tem eu to aprendendo agora, então quando tem alguma questão que é referente a isso aí eu chamo o profissional (ENTREVISTADO 10).

Essas dificuldades ao mesmo tempo podem estar ligadas a questão da insuficiência no preparo da formação do Psicólogo na política de assistência social como já mencionou anteriormente pelos entrevistados. Porém, o conhecimento da Legislação é obrigatório para o Psicólogo, e essa lacuna de sua formação acadêmica precisa ser superada,

O conhecimento da legislação social é um pré-requisito para o exercício do trabalho. No caso do Serviço Social, esta é uma matéria obrigatória prevista nas Diretrizes Curriculares. No âmbito da Psicologia, contudo, faz-se necessária a sua inclusão no processo de formação. A atualização do conhecimento dos marcos legais, contudo, é uma necessidade contínua de todos(as) os(as) trabalhadores(as) e deve ser buscada conjuntamente pelas equipes do SUAS (CFP; CFESS, 2007, p. 31).

Alguns entrevistados afirmam que o acesso aos benefícios funciona como estratégia de ferramenta para que o profissional tenha acesso às famílias, ou seja, muitas pessoas permanecem vinculadas as atividades desenvolvidas no CRAS para garantir os benefícios que recebem.

É uma política muito nova, vai crescer e ainda tem as questões de clientelismo, essas coisas ainda, essa coisa de concepção de cesta, ainda ta muito na assistência, acho que precisa muito do trabalho do psicólogo para fazer com que isso ande, eu acho que é muito importante o nosso trabalho lá (ENTREVISTADA 1).

A maior parte das falas dos entrevistados refere-se ao Psicólogo lançar o olhar além do que o sujeito traz em que essa intervenção seria prioritariamente o que o distingue dos outros profissionais. Estudos como Costa; Carvalho (2010) ressaltam esse rompimento de intervir apenas nas práticas assistencialistas ainda vigentes nas práticas dos CRAS e proporcionar ao sujeito um olhar para outros aspectos. Práticas que se referem até mesmo em oferecer um atendimento clínico, pois segundo Brasil (2009),

Os profissionais da Psicologia não devem adotar o atendimento psicoterapêutico no CRAS. Assim, esses profissionais não devem “patologizar” ou categorizar os usuários do CRAS nos seus atendimentos, mas intervir de forma a utilizar dos seus recursos teóricos e técnicos para: a) compreender os processos subjetivos que podem gerar ou contribuir para a incidência de vulnerabilidade e risco social de famílias e

indivíduos; b) contribuir para a prevenção de situações que possam gerar a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, e c) favorecer o desenvolvimento da autonomia dos usuários do CRAS. Esses profissionais devem fazer encaminhamentos psicológicos para os serviços de saúde, quando necessários (p.67).

Embora Brasil (2009) direcione a ausência dessa intervenção psicoterapêutica, Afonso et al (2012) descrevem a necessidade em alguns momentos do Psicólogo precisar utilizar uma escuta qualificada, talvez até mesmo utilizar em alguns momentos uma dimensão clínica para promover as potencialidades do sujeito inserido nos CRAS.

Percebemos esse impasse em como o Psicólogo deve efetivar sua práxis de modo interventivo desvinculado ao processo terapêutico? A Entrevistada 8 argumenta sobre esse caminho dissociável na construção de suas práticas interventivas.

eu percebo que assim como qualquer sujeito há muitas formas da Psicologia intervir aí, só que a minha questão basal desse momento é como a gente intervêm sem agir terapêuticamente mostrando para ele que aquele ali não é ideal para ele, eu acho um pouco contraditório porque a gente pensa que precisamos ajudar o outro a partir do momento que ele quer, só que a política de assistência parte do pressuposto que esse querer ele de certa forma não tem que vir arregado como uma resposta ....Eu geralmente digo que o meu papel é mostrar para ela, mas se não é problema para ela quem sou eu para colocar esse problema para ela? Ela tem esse direito de não querer mudar, e eu acho que a gente fica nessa, se eu permaneço tutelando essa família atrelando benefício a intervenção, que eu acho pessimamente porque eu to forçando ela de certa forma (ENTREVISTADA 8) .

De fato, a compreensão das demandas que surgem no CRAS precisa dos pressupostos das competências sociais, No entanto,

A escuta clínica pode implicar em um posicionamento diante do outro que privilegia o processo dialógico, no qual a linguagem, como experiência mediadora da relação entre os sujeitos, e destes com o seu contexto, possibilita a elaboração da experiência pelos indivíduos e grupos (AFONSO et AL 2012 p.7)

Talvez o que precisa ser esclarecido é que a escuta e o posicionamento clínico do profissional de Psicologia não se resume a um atendimento psicoterapêutico, mas sim de uma escuta e posicionamento diferenciados e diferenciadores, ou seja, uma escuta abrangente e para além das palavras ditas pelos usuários. Assim, pode ser possível as reservas com relação a esse procedimento sejam minimizados e o profissional de Psicologia possa utilizar de instrumentos importantes da área sem receios ou inseguranças.

#### 4.3 PRINCIPAIS DEMANDAS DO CRAS

Entre as principais demandas que a população comumente leva para os CRAS, destaca-se a busca pelos benefícios. Dos dez entrevistados, oito relataram a busca dos usuários no acesso aos benefícios como bolsa família e cesta básica. Além dessas demandas, foram

encontradas outras necessidades que a população demanda no CRAS ou então que são encaminhadas para acessar no espaço. A Tabela 2 identifica melhor essa descrição:

Tabela 2 - Demandas

Demandas emergentes	Entrevistados
Benefícios	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E10
Transtorno Mental	E2
Dependência química	E9
Encaminhamentos	E2, E9
Inserção no mercado de trabalho	E1, E8
Acompanhamento psicológico	E10

Fonte: Elaboração Própria

Os dados encontrados correspondem com outros estudos (Frare, 2013; Araújo, 2014), em que a maior parte da população ainda tem uma visão do CRAS como um local de fornecimento dos benefícios do governo federal somente, e não de promoção de autonomia do sujeito, que é um dos principais objetivos do CRAS. Logo, A presença da cultura assistencialista ainda permeia a atuação dos profissionais do CRAS, porém o manejo do profissional frente a essas demandas irá afetar o lugar de manutenção dessa tutela, ou então, irá produzir novos sentidos e significados para o desenvolvimento de uma consciência coletiva, protagonizando os usuários da situação e condição de subalternidade (FRARE, 2013).

Dito isso, ressaltamos as colocações da Entrevistada 9 que não relatou a busca dos usuários pelos benefícios no equipamento, ela afirma o seguinte:

demanda vem a partir do que você constrói na comunidade, se você constrói na comunidade um CRAS que distribui benefício você vai ter demanda benefício, depende muito do que você está construindo ali, uma comunidade que você debate muito Violência doméstica vai chegar Violência doméstica, se você debate a surdez vai chegar pessoas com surdez, então se você trabalha com a comunidade questão sobre abuso sexual chega, se você tem sua cultura e seu CRAS só produz benefício você só vai ter esse tipo de demanda (ENTREVISTADA 9).

O relato acima aponta para a responsabilidade do equipamento CRAS em construir junto à população um espaço de múltiplas demandas de trabalho, para assim construir uma identidade institucional “não limitadora”, garantindo que a população reconheça o CRAS como um espaço de busca para qualquer tipo de demanda, não exclusivo a um tipo de atendimento beneficiário.

O que a Entrevista 9 pontuou pode ter relação com o que foi verificado no relato do

Entrevistado 10 quando expõe a respeito da organização de gestão do município em que o CRAS está inserido, que limitou apenas uma secretaria para gerenciar a inserção dos benefícios. Isso significa que o CRAS que não faz cadastro de novas famílias que buscam a demanda, se limitando a fazer apenas o recadastro do bolsa família e a distribuição de cesta básica para as famílias já inseridas no Número de Identificação Social –NIS

alguns serviços que existiam nesse CRAS foram retirados e por ter sido retirado recentemente a gente recebe demandas, como aluguel social é um benefício que recebia no CRAS, mas passou a ser da secretaria de adaptação, o plantão social que oferecia cestas básicas, auxílio funeral, então existe umas demandas. Hoje no CRAS é bolsa família, só que no CRAS a gente não faz inserção, só faz atualização de quem tá no bolsa família, outra demanda é cesta de alimentos apesar de ser a grande demanda esse é o recurso que a gente utiliza para acompanhar essas famílias. (ENTREVISTADO 10).

De fato, o que foi pontuado pelos entrevistados 9 e 10 fazem com que as demandas dos usuários estejam limitadas ao que também é oferecido pelo equipamento, como disse a Entrevistada 9 “demanda vem a partir do que você constrói na comunidade, se você constrói na comunidade um CRAS que distribui benefício você vai ter demanda benefício (...)”. Diante disso, a Psicologia pode ser um meio de construir um novo conceito na comunidade dos serviços disponíveis e ofertados no CRAS para apresentação de uma nova identidade do equipamento.

Segundo Frare (2013),

E é nesta possibilidade de abertura para novos enunciados, que os psicólogos precisam se colocar enquanto mediadores e facilitadores desta construção de cadeias enunciativas. Essa mediação possibilita compreender que essas relações dialógicas, constituídas em condições históricas, sociais e econômicas específicas, constituem esses sujeitos usuários da política de assistência social, muitas vezes, na sua condição de subalternidade, como também possibilita abrir cadeias enunciativas que poderão fortalecer sujeitos protagonistas e resistentes a todas as forças monologizantes que tendem a um discurso único e autoritário (p.26).

Quanto à atuação dos Psicólogos, foi observado que as atividades desempenhadas são caracterizadas pelas diversificadas demandas que emergem, conforme a Tabela 3 que descrevem essas atividades

Tabela 3 – Atividades desempenhadas

Atividades	Entrevistados
Acolhimento	E1, E2, E5, E10
Técnico de Referência do SCFV	E1, E2
Visitas domiciliares	E2, E3, E6, E7, E10
Direitos violados	E1
Cadastramento no CRAS	E2
Acompanhamento as famílias	E3, E6, E7, E8, E9, E10
Atendimento individual	E1, E5, E6, E7, E8, E9, E10
Cadastramento e atualização do CadÚnico	E3, E8, E9
Acolhidas fora do CRAS	E3,
Grupos	E3, E5, E8, E9, E10

Fonte: Elaboração Própria

É importante mencionar que na execução das atividades a Entrevistada 4 não está inserida na descrição porque iniciou recentemente suas atividades no CRAS, no momento que foi realizada a pesquisa. Embora não tenha feito pontuações de sua prática atual, a entrevistada trouxe experiências em trabalhos desenvolvidos em outro CRAS que atuava anteriormente, tendo assim uma experiência de 6 anos no CRAS, porém de diferentes municípios.

aqui eu tô muito nova, eu ainda não comecei, lá em MUNICÍPIO eu fazia parte do acompanhamento, então eu fazia atendimento, encaminhamento, fazia grupos e em MUNICÍPIO nós temos programas diferenciados dos que aqui em MUNICÍPIO atual, lá eu era a técnica de referência do programa família cidadã, então assim a gente trabalhava na rede também, fazia articulação de rede, articulação com as lideranças comunitárias então tinha todo esse trabalho lá (ENTREVISTADA 4).

Todavia, foram informadas atividades que são desenvolvidas que não são compatíveis com os objetivos dos entrevistados, devido à falta de políticas públicas que compõem a rede. Como foi apontado na Tabela 3, as demandas emergentes de transtorno mental e dependência química são direcionadas para atendimento no CRAS a partir de usuários e demais serviços da rede. Assim, cabe questionarmos como a falta de alguns serviços na comunidade pode interferir no desenvolvimento das atividades do CRAS, e atrelado o desenvolvimento e promoção da comunidade. Segundo Araújo (2014) alguns psicólogos atendem a demanda de transtorno mental e substância psicoativa devido a falha na rede para encaminhamentos. Tal questão será melhor discutida no item referente as Dificuldades que emergem na atuação no espaço do CRAS. As demais atividades descritas pelos entrevistados apresentam coerência às atividades propostas pela política de assistência social, em consonância a outros estudos como Araújo (2014).

#### 4.4 ANÁLISES E PERCEPÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES PERCEBIDAS PELOS USUÁRIOS NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS

Tornar palpável a contribuição da Psicologia nos CRAS não é tão simples, afinal requer a descrição de dados que são considerados subjetivos e difíceis de mensurar. Mas como será possível compreender o alcance dos resultados almejados pela Proteção Social Básica? Nesse sentido, buscou-se verificar as contribuições da perspectiva dos profissionais de Psicologia, com relação a participação dos usuários nas atividades dos CRAS. Assim, foi questionado aos entrevistados o seguinte: a Psicologia pode contribuir na vida dos usuários inseridos no CRAS?

A contribuição que os Psicólogos consideram foram descritas a partir da observação do comportamento dos usuários e pelos relatos das famílias após a participação das atividades oferecidas nos CRAS.

A gente percebe nos meninos que eles não fogem tanto das oficinas, aliás não fogem, fugiam, e aí a avaliação a autoavaliação ela é feita constantemente (ENTREVISTADA 1).

as crianças a gente percebe até um elogio por parte dos pais, que a criança está mais inserida no grupo, está lidando melhor, e assim uma intervenção que eu gosto muito é nas oficinas motivacionais, pelo menos lá em município elas são muito politizadas assim as mulheres que participam da oficina, é nas intervenções e tals elas começaram a se interessar por questões políticas e começaram a fazer parte do conselho por exemplo da Assistência Social e aí fizeram diferença (ENTREVISTADA 2).

Os que conseguimos fazer acompanhamento efetivo porque tem muita evasão, os que consegue fazer o acompanhamento a gente consegue ter um retorno bacana de desenvolvimento que a família conseguiu (ENTREVISTADA 7).

Eu acho que os grupos nos permite trabalhar mais com esse olhar psi, e o grande diferencial das pessoas estarem ali é que não tem nada em troca. Elas estão ali por querer, e nos acompanhamentos e benefícios tem essa troca e eu acho que isso afeta em dar certo (ENTREVISTADA 8).

Os profissionais relataram mudanças percebidas na vida dos usuários. Coelho (2008) aponta em seu estudo três dimensões apontadas no discurso dos sujeitos sobre as mudanças ocorridas em suas vidas, a ênfase dessas dimensões também são alcançadas nos resultados apontados acima. São mudanças referentes em relação a si mesmo, a família e ao grupo. Quando a Entrevistada 1 e Entrevistada 8 destacam as mudanças percebidas na vida pessoal dos sujeitos enquanto participantes do grupo, em outras respostas encontramos em relação as mudanças pessoais, respostas que predominavam aspectos relacionados ao sentir-se bem, poder desabafar e sair da rotina. Com as falas das Entrevistada 2 e Entrevistada 7, a família relata a melhora e o desenvolvimento familiar com a inserção nos grupos. Além disso, identificamos a

maior apropriação da autonomia no sujeito, mudanças que segundo Coelho (2008) os sujeitos vivenciam processos diferentes.

Outro destaque diz respeito ao apoderamento das questões políticas, os usuários desdobram um olhar diferenciado para a comunidade que está inserida, ampliando a reflexão para a relação política que é estabelecida, proporcionando então o fortalecimento de cidadania e a expressão de uma consciência crítica. Isso colabora para que os usuários, e demais pessoas da comunidade percebam o CRAS como um local de direitos, e não apenas da cultura assistencialista, que, sobretudo considera o sujeito capaz de comandar sua vida, não se reduzindo a um sujeito material, mas um sujeito político. Vale considerar que a Psicologia tem contribuído nesse cenário, pois como foi mencionado anteriormente pela Entrevistada 9 "(...) olha o nível de reflexão que elas fizeram de como elas estão desassistidas mesmo porque não é garantindo uma cesta básica que vai comprá-los. não! Eles tem uma visão ampliada, a gente só precisa caminhar com eles". Nesse sentido reforçamos a fala de que

A Psicologia no CRAS poderia favorecer o fortalecimento desses mesmos sujeitos, que precisaram lutar para terem seus direitos minimamente garantidos por um sistema injusto e opressor, estabelecendo uma relação entre seus afetos e a ordem social, como produtos dela e como potencializadores da luta por sua transformação (ARAÚJO, 2014, p. 264).

As transformações podem ser observadas por uma mudança de postura dos usuários com relação a questões políticas, como já citado, mas também uma mudança de perspectiva de futuro, com promoção de autonomia o que pode ser identificado a partir do relato em que a Entrevistada 6 menciona esse tipo de mudança através de um exemplo de um usuário, que a partir da participação de um grupo desenvolvido no CRAS criou uma estratégia própria para obtenção de seu recurso financeiro.

Tem uma parte que é nossa e a gente faz, mas tem a parte que é dele. E quando esse município não tem todo comprometimento, talvez por outras questões da vida dele ele não dá conta de seguir... Olha teve uma município que trouxe um bolo aqui, e faz parte de um trabalho do CRAS um programa que a gente tinha e ela tá vendendo bolo, coisa deliciosa (ENTREVISTADA 6).

Assim, pode-se perceber que a partir dos trabalhos desenvolvidos no CRAS, envolvendo a Psicologia, há de fato uma promoção de minimização do sofrimento para a população diante dos entraves que reproduzem as situações de desigualdades. Considerando que os resultados de intervenções contribuam "com o fortalecimento subjetivo das pessoas e das coletividades e com a promoção de mudanças significativas na sua qualidade de vida e no acesso aos direitos social" (Araújo, 2014, p.268). Tal como foi relatado pela Entrevistada 6, a respeito da usuária que após inserção das oficinas produziu uma renda própria que foi a elaboração de bolo como

recurso financeiro: "Olha teve uma munícipe que trouxe um bolo aqui, e faz parte de um trabalho do CRAS um programa que a gente tinha e ela tá vendendo bolo, coisa deliciosa" (ENTREVISTADA 6).

Apesar da maioria dos entrevistados perceberem mudanças significativas na vida dos usuários, outros relatos se caracterizaram pela dificuldade de identificar as mudanças na vida dos usuários. De acordo com o Entrevistado 10, há dificuldade em visualizar a contribuição da participação do sujeito no CRAS, uma vez que este considera que a efetivação de possíveis mudanças não ocorre imediatamente.

Dentro da Assistência Social são atemporais, eu digo as vezes para meus colegas que são profissionais do serviço social que as vezes a gente nem vai ver essas mudanças, que é processo né. Já vem de um meio histórico familiar de baixa potência, de baixa escolaridade, de pais que nunca trabalharam com carteira assinada e quando a gente vai trabalhar quebrando essa história, de que eles podem fazer diferente do que os pais fizeram né, é isso leva certo tempo para que esse processo seja absorvido, é difícil entender isso (ENTREVISTADO 10)

De fato, mudanças a curto e médio prazo podem ser difíceis de serem identificadas, por isso é importante estar atento ao feedback dos usuários, pois são eles que identificarão as mudanças ocorridas a partir da inserção nos CRAS. Mensurar em termos quantitativos as contribuições que a Psicologia pode interferir na vida de um indivíduo pode ser um desafio, já que questões subjetivas estão envolvidas, entretanto, existe a possibilidade de verificar algumas influências a partir do que foi exposto anteriormente. Entretanto, alguns profissionais da Psicologia trouxeram o desafio da Psicologia na Assistência Social em conseguir alcançar resultados observáveis e concretos, o que de certa forma, pode estar relacionado a cultura beneficente que insiste em caracterizar alguns territórios.

Entre as respostas encontramos o objetivo de fazer com que o sujeito deixe de depender do benefício e passe por um processo de reflexão acerca de suas escolhas e sua vida, essa afirmação esteve presente nas falas,

Olha ela já vem contribuindo né, nessas reflexões que a gente traz da nossa formação porque não é apenas o acessar direitos né, mas como a pessoa tende a acessar esses direitos, a contribuição nossa de movimento do entendimento dessa família, porque não é só você encaminhar, trabalhar com ela todo esse entendimento dela (ENTREVISTADA 4).

o individuo vem aqui pegar uma cesta básica, é um individuo que tem uma história, é um individuo que sofre não só por falta do alimento, sofre por outras coisas, sofre pelo esposo, pelo filho, sofre por outros acessos, por negligências, por reproduções, então a gente tenta trazer esse olhar né e potencializar a partir daí (ENTREVISTADOS 6).

Então a contribuição maior é mostrar a potencialidade dessa família, mostrar que ela pode enxergar de outra forma, que ela não é totalmente impotente como ela tá se apresentando ali (ENTREVISTADO 10).

Apesar da busca dos usuários pelos benefícios, a Assistência Social como menciona Araújo

(2014) tem empreendido esforços para superar as antigas concepções de caridade, da dependência e do favor.

Essa concepção a cerca das possibilidades exige uma reflexão, pois, a vulnerabilidade não é decorrente da não clareza ou da incapacidade de não reconhecer no universo social; os recursos disponíveis para o saneamento das necessidades, como, por exemplo, alguém com quem deixar os filhos para ir trabalhar. É, no entanto, uma situação ocasionada justamente pela desigualdade ou privação no acesso aos direitos sociais, como trabalho e renda, educação, alimentação, moradia digna, dentre outros, cuja resolução não é tão simples. Acrescenta-se a isso, a necessidade das pessoas serem protagonistas de mudanças pessoais e sociais e não receptoras (ARAÚJO, 2014, p.172).

Nesse sentido, os entrevistados ressaltam a importância das atividades desempenhadas no CRAS pelo cunho preventivo presente na política.

Se você pensa que a PSB é a prevenção se nós trabalhamos com a conscientização, o questionamento de certas práticas que são comuns, proteção não é só estar ameaçado de morte é evitar que aquilo aconteça (ENTREVISTADA 9).

A gente basicamente trabalha com a prevenção, então existe recursos dentro das políticas públicas para que essa família não caia na média complexidade, que caia na alta, esse trabalho de prevenção e acho que a gente tem muito a contribuir nesse sentido, fazer um trabalho de prevenção diferente. Pelo fato de você ter uma equipe dentro dos CRAS com psicólogo, assistente social, né não é qualquer lugar que a gente encontra isso, eu por exemplo para trabalhar minha família eu não tenho isso, onde eu possa ir, possa colocar as minhas dificuldades, as minhas questões, onde eu possa trabalhar a minha família e ser ouvido né, receber as intervenções pensar o que é possível fazer diferente, essas famílias tem, essas famílias tem tudo isso, então acho que a Psicologia tem muito a contribuir nesse sentido (ENTREVISTADO 10).

No entanto, algumas vezes a prevenção não acontece necessariamente como deveria, por questões que perpassam as dificuldades de atuação do psicólogo, tais dificuldades serão descritas nos próximos tópicos.

Sim, a Psicologia pode contribuir com certeza, mas existem embarramentos que ela não consiga efetivamente cumprir tudo isso que a política né fala assim, que são outros embarramentos de não ter uma rede construída, as vezes a prevenção não acontece, a gente fica mais no emergencial assim, de dar conta desse emergencial, então não é só o trabalho do psicólogo né, ele pode contribuir sim, mas ele não está sozinho (ENTREVISTADA 2).

No que se refere a articulação a rede, a Entrevistada 1 descreve a importância do Psicólogo construir estratégias para conectar as políticas públicas, e fortalecer a rede de serviços. Afinal, trabalhar com famílias e indivíduos de uma comunidade necessita de que os profissionais conheçam o território que o CRAS está inserido a fim de que a intervenção não fragmente o sujeito.

Então o psicólogo ele tem muito a função de dar liga né também aos serviços ali, de entender que a família que esta no projeto da cesta cidadã é a família que tá lá na escola, e é a família que tá lá no centro comunitário e aí as vezes a família tá nesses três espaços e não veem aquilo como, como eu posso falar, como uma atuação dela no território, parece que ela é tem que, ela é uma cliente que tá buscando algo ali, ela vai ter uma resposta e aí ela não tá no direito de intervir naquele serviço mesmo, de ter participação popular firmada, e a Psicologia tá aí para isso firmar a autonomia do

morador, de estar ligando as políticas públicas né, educação fica querendo passar para o CRAS que as vezes quer passar para a defensoria pública que quer passar para o CREAS, e aí produzir rede, fortalecer a rede de serviços é um trabalho importante para o psicólogo (ENTREVISTADA 1)

Assim, buscar efetivar a concretização do trabalho do CRAS com demais serviços na rede é uma das formas que a Psicologia pode contribuir no desenvolvimento das atividades desempenhas no CRAS.

#### 4.5 DIFICULDADES QUE EMERGEM NA ATUAÇÃO NO ESPAÇO DO CRAS

Nesse item serão descritos alguns dos aspectos mencionados pelos colaboradores entrevistados, que deparam em seu cotidiano afetando a sua práxis no campo social. Assim, de acordo com os entrevistados no que se referem às dificuldades vivenciadas no espaço do CRAS eles apontam aspectos como as precárias condições de trabalho e de estrutura, a sobrecarga no acúmulo de funções que impactam diretamente na qualidade dos serviços oferecidos no CRAS produzindo dificuldades em acompanhar as famílias e até mesmo para elaborar suas intervenções.

A gente não tem as mínimas condições de trabalho, no serviço de convivência outro dia falta cola para os educadores de artes trabalharem, a comida, é o lanche agora não tem, a gente tem que fazer pedido da Ceasa para fazer o lanche e aí como você trabalha com famílias que tá em segurança alimentar querendo segurar um adolescente no grupo e aí você tem que segurar mesmo ou procurar outros movimentos né. E aí as estruturas dos CRAS lá não são nada boa (...). A casa onde eu to, o CRAS onde eu to era um supermercado, e agora ta tendo toda uma serie de problemas né, a cozinha a gente não pode usar, a pia para poder lavar as coisas, direto falta água, dá é vazamento (ENTREVISTADA 1).

A gente não tem equipe, não tem estrutura, não tem carro, não tem como fazer busca ativa, não tem como fazer nada. E não é isso que a lei preconiza, agente tem recursos federais para garantir equipamento, equipe, mas onde tá o dinheiro? o equipamento? Não existe, essa é uma das dificuldades (ENTREVISTADA 9).

A realidade do trabalho é permeada de fatores que trazem impacto na inserção do Psicólogo no campo, aspectos referentes a condições físicas e materiais precárias no trabalho, a ausência de uma estrutura que possibilitasse preservação no atendimento a população, a redução de equipe, entre outros fatores que interferem na atuação do profissional nesse espaço.

Segundo Barone (2012)

O censo CRAS 2009 (BRASIL, 2011) apontou restrições decorrentes da estrutura dos CRAS. Ainda é comum esses funcionarem em imóveis alugados, o que dificulta a melhoria das instalações. Segundo o censo quase metade, 45% dos CRAS, não têm salão de uso coletivo, ambiente importante para realização de atividades coletivas e de convivência com grupos e famílias de idosos e crianças. Essas condições exigem dos psicólogos, além de atuarem como profissionais técnicos, criar condições, organizar meios, gerir as condições de trabalho para a sua realização (p.113).

As Orientações Técnicas para o CRAS (BRASIL, 2005; BRASIL, 2009) mencionam as condições da estrutura física para o desenvolvimento do CRAS: como recepção, salas de atendimento individuais e coletivas, banheiros e cozinha. No entanto, é válido mencionar que a atuação do psicólogo no CRAS não se atrela apenas ao atendimento individual, pois engloba outros leques de intervenções que tem o objetivo de possibilitar o desenvolvimento dos serviços prestados pela PSB, principalmente o PAIF. Araújo (2014) relata esse impacto vivenciado pelos profissionais como uma consequência da formação profissional enraizada no modelo de clínica tradicional, em que “é possível que esse desconforto impactasse mais nos profissionais que tiveram uma formação predominantemente clínica, que enfatizava um modelo de atendimento baseado no setting terapêutico, do que nas famílias atendidas (p.145)”. Assim, é preciso que o psicólogo não baseie na estrutura física do equipamento para desempenhar sua práxis nos moldes da cultura tradicional da Psicologia, considerando a promoção dos usuários no âmbito não apenas individual, mas também o desenvolvimento das famílias e da comunidade.

A influência de práticas tradicionais da Psicologia na práxis do CRAS também é mencionada na seguinte fala

o psicólogo quando ele entra na assistência ele tem que entender que tem que deixar o olhar clínico né, alguns psicólogos entram na Assistência Social como a gente vê na saúde também, alguns psicólogos com olhar clínico e aqui a gente não pode analisar sujeito enquanto só sujeito né, o que tá acontecendo com a vida dele tem haver com a família, quem é a família dele e que comunidade ele esta inserido. A gente vê algumas reproduções que são da comunidade, então se você não consegue ver o sujeito na pluralidade da palavra então fica limitado, a gente vê infelizmente alguns psicólogos fazendo terapia nesses espaços que a gente deveria estar trabalhando questões coletivas de empoderamento do sujeito e aí estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais individualizada. (ENTREVISTADA 7).

É importante salientar o papel da clínica ampliada, o que se pretender colocar como crítica não é o olhar clínico, esse olhar deve existir independente do local onde o psicólogo estiver, já que é o que nos diferencia dos outros profissionais. Murta e Marinho (2009, p.2) discutem a atuação do psicólogo clínico para além do setting tradicional, ele traz diferentes denominações para referir a atuação da clínica comunitária, como “clínica ampliada, clínica social e clínica transdisciplinar”. Segundo o autor,

a atuação em Psicologia clínica na comunidade se caracteriza por aquela desenvolvida em equipe multiprofissional, com procedimentos diversos como oficinas, grupos psicoeducativos e visitas domiciliares, buscando alcançar pequenos ou grandes grupos, cujo sofrimento pode ou não incluir patologias instaladas. Assim, a clínica se torna de fato ampliada em todos os sentidos: quanto ao seu foco de intervenção (de indivíduos para coletividades), ao espaço físico (da sala privativa e confortável às instituições diversas), à população atendida (de pessoas de classe social abastada à pessoas de baixa renda), às suas estratégias (da psicoterapia individual à terapia comunitária e campanhas educativas), às suas teorias (das

voltadas para o intrapessoal às ecológicas), aos agentes de execução do trabalho (do trabalho conduzido apenas pelo psicólogo ao conduzido por profissionais com diferentes saberes) e aos níveis de prevenção (do tratamento e reabilitação à prevenção e promoção de saúde) (p.2).

Outra questão apontada pelos entrevistados, diz respeito a exigência burocrática presente em sua prática. Os entrevistados consideram que essa atividade burocrática atrapalha o desenvolvimento do trabalho no CRAS, uma vez que o acúmulo de funções impacta diretamente na qualidade dos serviços oferecidos no CRAS.

É muito trabalho para pouca equipe, são três psicólogos e quatro AS, agora a gente tá com menos uma né, são três e três para dar conta de muita coisa e aí a sensação que dá é que toda semana a gente tá atrasada para muitas demandas que estão sobrando, parece que não dá conta mesmo. E o que é esse dar conta também? (ENTREVISTADA 1).

Eu penso assim, nossa tinha que ter uns 15 psicólogos aqui dentro para dar conta eu acabei que não falei todas as atividades é acolhida, é o SC, é outro grupo que temos os motivacionais, tem o grupo incluir, o BPC, o pessoal que recebe cesta básica, enfim são n grupos mais as próprias atividades dentro do CRAS, mais as visitas, mais os processos de Conselho tutelar é muita coisa, e de tudo isso você ainda tem que fazer relatório, correlatos, você tem que lançar suas planilhas é muito tempo, é muito esforço cognitivo, dentro do SC, a gente fala SC mas é idoso, criança, adolescentes, são vários grupos assim você tem que planejar a intervenção, então você tem que fazer tudo isso sendo um só, no CRAS nos somos em três então mesmo assim fica com a carga pesada, aí por exemplo essa semana tinha acolhida normalmente dois, três quatro no máximo, eu tive que atender sete e aí eu tô tipo quase a semana inteira para conseguir relatar aquilo que o usuário me informou, criar as estratégias para não perder a informação porque aquilo fica registrado para o usuário mesmo né, no cadastro deles para eventuais novas necessidades, você tem que acompanhar enfim se virar para dar conta do resto, você tem que planejar, tem que mandar coisas para secretaria, nossa é muito muito desgastante (ENTREVISTADA 5).

As falas desses profissionais denunciam a precariedade de profissionais neste espaço, entretanto, tais falas também contrapõem ao espaço da Psicologia na assistência social, ainda marcado, como já citado anteriormente, por desconhecimento e muitas vezes por questionamentos acerca do que a Psicologia pode contribuir na Assistência Social. Entretanto, mesmo que alguns profissionais se deparam com um caminho duvidoso em como prosseguir com as intervenções no CRAS, Oliveira et al (2011) compreende que a realização de psicoterapia no espaço pode ser resposta engendrada pela insegurança nas precárias condições de funcionamento do serviço.

Além dessas dificuldades, os entrevistados expressaram a precariedade da continuidade do serviço com a rede, ou seja, a articulação com outros serviços não acontecem com eficácia, o que traz prejuízos no desenvolvimento a ser realizado com as famílias e usuários dos equipamentos.

uma é coisa que todos os profissionais da assistência social precisam estar ligados mesmo é na especificidade do território, se você não conhece o território que você tá você vai querer adaptar as famílias a um modelo já pré estabelecido de convivência familiar, e aí é acho que é isso, isso serve tanto para assistente social, pedagogo,

qualquer um que esteja lá (ENTREVISTADA 1).

Um ponto fundamental tanto para os psicólogos quanto para outros profissionais inseridos na assistência social é o conhecimento do território, expresso no conceito de territorialização. Este conceito diz respeito a

centralidade do território como fator determinante para a compreensão das situações de vulnerabilidade e risco sociais, bem como para seu enfrentamento. A adoção da perspectiva da territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e consequente oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários. Isso aumenta sua eficácia e efetividade, criando condições favoráveis à ação de prevenção ou enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social, bem como de identificação e estímulo das potencialidades presentes no território (BRASIL, 2009, p.15).

Nessa direção, o trabalho no território envolve a existência de propostas para além do espaço físico do CRAS, podendo mobilizar forças presentes no território a fim de integrar as políticas públicas, potencializar as iniciativas e impulsionar o desenvolvimento social. Observamos essa proposta na seguinte fala:

o que eu percebi que no ultimo grupo apesar de ter feito encaminhamento dos profissionais do CRAS, profissionais da saúde, as pessoas eu não sei se esqueciam, não sei o que aconteceu, na última oficina não apareceu ninguém, ficou zero aqui, preparei material e tudo, Power point, lanche, tudo certinho não apareceu ninguém né, e aí a gente enquanto equipe do CRAS estamos pensando estratégia diferente que é tirar essas oficinas do CRAS e levar para comunidade, é escola, porque a gente tem um trabalho em rede bem legal, a gente tá retomando a rede, então a gente tá indo para escola, os serviços de convivência que são projetos que trabalham com adolescentes (ENTREVISTADO 10).

Outro fator apontado como dificuldades na atuação se refere à desintegração do trabalho, que limita as intervenções efetuadas com as famílias e usuários do serviço, fazendo com que cada profissional desenvolva atividades a seus próprios critérios, sem uma articulação com os outros profissionais do mesmo espaço. Aspecto expressado nas seguintes falas,

Às vezes assim a fala da assistente social que é explicar alguns dos benefícios, as vezes eles ficam meia hora falando os critérios dos benefícios, e acaba que o usuário pergunta o que ele acabou de explicar, agente tem tentado trabalhar um pouco para ajustar essa comunicação com o usuário, tipo ele não tem ensino fundamental completo, então você tem que responder pouco cognitiva, uma compreensão mais adequada para a interpretação dele, e agente percebe que alguns colegas não se adapta a isso e agente acaba perdendo tempo nos atendimentos, eu tento na acolhida, de fazer o cadastro tentar ter uma noção da vida dessa pessoa e fazer os encaminhamentos. As formações são bem diferentes, isso não é o problema né, o problema é você não ter uma formação de equipe também né, as vezes você tá trabalhando com uma pessoa que tá fazendo um trabalho de que vai ate atrapalhar o seu né, direções opostas (ENTREVISTADA 5).

Por outro lado, algumas falas apontaram a inexistência de capacitações aos profissionais inseridos no CRAS

Das recepcionistas que pedem orientação toda hora porque não foram capacitadas

para estar naquela função, tipo não é por culpa delas, é que elas entram naquele espaço e elas não tem uma capacitação, e as vezes a gente tem que estar ali entendeu, então não é só uma demanda dos usuários externos é também do equipamento mesmo e isso tudo atrapalha assim, muito, ter que dar conta de coordenador também que a gente faz muito trabalho, a gente ter que fazer uma certa gestão, ter que olhar email, ter que ver coisas as vezes que são burocráticas, então isso tudo atrapalha o meu acompanhamento que seria de prevenção (ENTREVISTADA 2).

Eventualmente chegou outros profissionais lá que a coordenação não deu esse tipo de suporte, já jogou no trabalho e a pessoa tá desorientada no trabalho ate hoje mesmo depois de estar lá, porque nunca teve um passo a passo do que é o que, o que se faz, quais as responsabilidades, o que pertence ao que, porque é muito termo, parece que é pouco mas não é, tem PAIF, serviço de convivência que é uma outra ramificação e aí dentro de cada um desses tem mais um monte de grupo (ENTREVISTADA 5).

Portanto, em relação a equipe técnica, percebemos a lacuna entre a proposta da Política de Assistência Social considerando a NOB-RH/SUAS (Brasil, 2007) que prevê o processo de formação permanente aos profissionais, e ainda descreve que a composição da equipe técnica precisa ser caracterizada por servidores efetivos, para que a rotatividade de profissionais não interfira nos serviços e ações desempenhadas pelo CRAS (BRASIL, 2009). No entanto, essas informações foram encontradas na fala da Entrevistada 1 "os trabalhadores da assistência social eles rodam muito, tem uma rotatividade muito grande". A respeito disso, é importante frisar outros estudos como Araújo (2014) que apontam a interferência da organização e continuidade do trabalho no CRAS com a rotatividade dos profissionais da Assistência Social.

Percebemos que os psicólogos muitas vezes não conseguem criar possibilidades de trabalho, uma vez que as fragilidades tanto estruturais do CRAS, como a rotatividade e despreparo dos profissionais na equipe interferem em sua prática, ocasionando as limitações para os profissionais, e esse impacto recai sobre as famílias e em alguns profissionais que simultaneamente relatam sentimentos de angústia e frustração, além de situações frustrantes para ambos.

E aí você vê que a maioria dos profissionais lá estão adoecidos, os psicólogos né principalmente é a classe que mais pega atestado em município né. . E aí nesse sentido varias enfraquecimento do grupo que eu vejo são profissionais que não estão mais com gás mesmo, de estar criando mais coisas, as vezes profissionais que já estão ali há quatro anos, e todo ano é um secretario diferente, uma gerencia diferente, que demandam coisas diferentes, alguns vão afirmar a autonomia do profissional, outros vão querer impor uma lógica de trabalho e aí eu entendo muito porque esses profissionais tão assim. Tem dias que a gente tá querendo sumir, porque as vezes não tem nem como responder ao usuário né, e aí a gente fica cara de tacho mesmo, aí o bolsa família quando não caí é a assistente social que roubou... e a maioria chega com aquele discurso midiático pronto né, assim a Dilma, ah vocês ficam dando bolsa para quem não precisa e eu que preciso não tenho, e aí assim é esse embate o tempo todo. É um trabalho assim, mais difícil que eu já tive na minha vida, e esta sendo desafiador todos os dias, to contando assim das coisas que aconteceram lá né. Já tive duas semanas de crise de ansiedade já, de não conseguir dormir, pensando o que eu ia inventar na outra semana, e aí ate eu entender que ENTREVISTADA 1 você não é uma caixinha de novidades né, você não vai

conseguir dar conta, isso demorou muito, dei muito murro em ponta de faca, mas hoje em dia eu vejo que tá se reestruturando melhor esse trabalho em equipe mas que ainda a gente tem muito motivo e que tá piorando com esse cenário de crise né, é a tendência é cada semana que passa a gente chegar lá no CRAS e tem um recurso a menos. E o lugar em que as pessoas vão procurar quando o acesso aos direitos são negados, e aí tudo vai pra lá né (ENTREVISTADA 1).

Todas as situações vivenciadas e expressadas pelos entrevistados em sua atuação geraram sentimentos de angústia, incapacidade entre outros. E para lidar com essas demandas? Alguns relatam o apoio da equipe na resolutividade de algumas demandas, outros fazem supervisão ou participam de grupos de estudo, porém alguns não relatam outras possibilidades para estarem manejando a demanda criada. Buscar por órgãos representativos da profissão para compreender melhor o papel do psicólogo na Assistência que podem proporcionar espaços de trocas e discussões pertinentes ao trabalho a fim de favorecer o aprimoramento profissional. Nesse sentido Araújo (2014) sinaliza em seu estudo que

Ficou claro que o diálogo, as discussões crítico-reflexivas, a troca de ideias estabelecida entre os elementos da equipe sobre o seu fazer, bem como sobre os sentidos e os resultados de seu trabalho com a população, podem atuar como motores favoráveis nessa direção. Por isso, esses encontros precisam ser desimpedidos e fortalecidos a partir da institucionalização das reuniões de equipe, dos grupos de estudo, da participação em cursos e palestras externos, dentre outros (p.269).

Alguns entrevistados trazem a ausência da efetividade dessa articulação com a rede, tanto os outros níveis da Assistência Social – PSB, como também de outras instituições que contribuem na segregação do indivíduo e que muitas não sabem a respeito das atividades desempenhadas pelo CRAS realizando encaminhamentos que não correspondem a prática do espaço, e a troca de gestão altera significativamente o desenvolvimento do trabalho, ocasionando as falhas nos encaminhamentos.

Para Araújo (2014) a ineficiência dos encaminhamentos acomete tanto a vida da população em situação de vulnerabilidade quanto os profissionais que acabam se desgastando com aspectos da falta de confiança dos demais serviços prestados em outros equipamentos, a falta de adesão das famílias a outros profissionais e a dificuldade para locomover a família aos demais serviços orientados. Com isso, alguns profissionais acabam atendendo as demandas que deveriam ser acompanhadas em outros equipamentos.

Segundo os Entrevistados dessa pesquisa, o que diz respeito às redes foi ressaltado a seguintes falas:

a rede que não funciona, não tem como eu fazer que isso funcione, não dá para eu fazer, então é isso. (ENTREVISTADA 2).

é aqui em município a gente esbarra na questão dos encaminhamentos porque quando a gente identifica, por exemplo, que alguma família tem um problema

psicológico, clínico mesmo a gente não tem para onde encaminhar, porque aqui na rede eles atendem mais a questão de transtorno mental ou uma depressão mais grave (ENTREVISTADA 3).

O trabalho que a gente tenta construir muita das vezes é desconstruído ou não tem continuidade porque as políticas não permitem isso, a efetividade dessa política (ENTREVISTADA 6).

(...) os encaminhamentos não são validados, a gente encaminha o sujeito lá para o sine ele não consegue a vaga de emprego, a gente arruma um jeito para conseguir a vaga integral, ele não consegue a vaga para o filho, a gente faz um encaminhamento para a saúde não consegue. Então o nosso trabalho tem esses entraves, então hoje a gente tem trabalhado com resiliência do sujeito e a nossa (ENTREVISTADA 7).

Teve um distanciamento de compreensão muito grande do que é básica e especial, nós sabemos o que a gente faz, e eles provavelmente sabem o que eles fazem, mas a gente não consegue dialogar. Não consegue entender enquanto rede, enquanto necessidade de se encontrar e estar junto (ENTREVISTADA 9).

temos muito dificuldades com a rede, hoje recebi encaminhamento do conselho tutelar solicitando internação de transtorno mental, a pessoa tava em surto e encaminhou para o CRAS, e como assim? (ENTREVISTADA 9).

Por outro lado, a Entrevistada 1 relata também as dificuldades de articulação com a rede, porém menciona o desenvolvimento de um trabalho que reúne periodicamente profissionais de outros espaços para contribuir na mudança do quadro fragilizado da rede.

E um dispositivo muito importante que a gente tem lá são os dispositivos de rede local né, que é um trabalho que eu to gostando bastante de fazer também né, a gente reuni um profissional pelo menos de cada serviço do território né, no meu caso a região oito de MUNÍCIPIO, e aí agente vai colocar as nossas demandas e vai ver como o trabalho ali em rede vai ser melhor estruturado. Ai acontece uma vez por mês, a gente faz visitas técnicas nas instituições para poder conhecer a realidade também ate para poder conhecer e saber para onde a gente vai encaminhar o usuário né, porque tem algumas instituições que são bem complicadas, você vai é encaminhar um adolescente para um projeto social, só que chega lá é, parece um serviço militar onde o menino tem que tá é quadradinho, e você vê que aquilo não é devido (ENTREVISTADA 1).

A partir disso, apoiamos em Afonso et al (2012) que reforça o abranger das formas de pensar e intervir com os indivíduos e famílias de modo integrado e conjunto, inserindo práticas como discussão em caso de rede, o planejamento e efetivações de ações conjuntas pelas diferentes políticas setoriais de modo contínuo. Assim como percebemos na fala da Entrevistada 1 que tem desenvolvido um projeto em rede traçando novos rumos para a ação profissional e faz menção a contribuição do psicólogo na articulação dos serviços da rede.

E um dispositivo muito importante que a gente tem lá são os dispositivos de rede local né, que é um trabalho que eu to gostando bastante de fazer também né, a gente reuni um profissional pelo menos de cada serviço do território né, no meu caso a região oito de município, e aí agente vai colocar as nossas demandas e vai ver como o trabalho ali em rede vai ser melhor estruturado. Ai acontece uma vez por mês, a gente faz visitas técnicas nas instituições para poder conhecer a realidade também ate para poder conhecer e saber para onde a gente vai encaminhar o usuário né (ENTREVISTADA 1).

Reiteramos ainda para encerrar essa discussão o quanto o campo psi tem a contribuir no

processo de desenvolvimento do espaço social, nesse caso apontado como o CRAS. A partir das percepções anteriormente assinaladas, pressupõe superar as dificuldades presentes hoje no campo do CRAS, e embora a atuação do Psicólogo esbarre em tantos desafios, é preciso continuar realinhando as expectativas e recompor saberes e práticas para que saibamos como executar uma Psicologia comprometida com o campo social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, vimos que a discussão acerca da atuação do psicólogo no CRAS, no contexto do SUAS, vem alcançando grandes proporções na sociedade brasileira, talvez isto se deva ao fato de sua inserção no espaço estar alcançando maiores possibilidades, além de que, a desvinculação de práticas tradicionais que fazem parte da história da Psicologia tem viabilizado o desenvolvimento de novas estratégias eficientes para compreender a realidade do cenário brasileiro.

Dito isso, é necessário entender que a Psicologia está adaptando a realidade sociocultural que até então tinha sua práxis restrita ao modelo de clínica tradicional, além de atuar no âmbito organizacional e educacional. Isto é, a Psicologia em seu percurso histórico tem rompido com práticas tradicionais com viés individualista, construindo um compromisso social, de modo a contribuir com a transformação da sociedade.

A partir das discussões realizadas nesse estudo, precisamos retomar a pergunta a principal questão estabelecida: como a Psicologia pode contribuir no CRAS? As concepções dos psicólogos que atuam no CRAS que participaram desse estudo trouxeram uma diversidade de informações a respeito dessa contribuição, mas que por vezes se repetem nos discursos e estudos já mencionados ao longo dessa pesquisa.

A curiosidade inicial em descrever o olhar destes profissionais e as suas respectivas intervenções que compõem sua atuação nos moveu para um caminho repleto de emoções, dificuldades, encontros e inúmeras possibilidades de “respostas” a nosso questionamento de “descrever a contribuição da Psicologia no CRAS”.

Nessa trajetória, tivemos como principal norteador o objetivo analisar a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para discutir sobre a participação de usuários nas atividades propostas pela Psicologia nesses espaços de contexto político de proteção social básica -PSB. Além de investigar a partir da perspectiva do profissional de Psicologia, as principais demandas emergentes nos usuários dos CRAS, avaliar as contribuições percebidas por esses profissionais com relação aos usuários que participam das atividades da Psicologia, debater a percepção dos mesmos com relação ao trabalho desenvolvido pela Psicologia no CRAS, e discutir sobre a atuação do psicólogo na Assistência Social, assim como as dificuldades que emergem no campo social.

Assim, após o delineamento da pesquisa, houve a seleção de dez psicólogos que atuavam no CRAS da Grande Vitória. A seleção dos participantes foi feito por intermédio de

acessibilidade, ou seja, os participantes foram compostos por psicólogos que aceitaram participar desse estudo voluntariamente. Assim, uma vez selecionados e contactados os psicólogos, desenvolvemos com os mesmos, uma entrevista semidirigida abrangendo as questões disparadoras envolvendo a temática proposta, levando em consideração aspectos éticos.

A linha metodológica adotada teve base na pesquisa qualitativa, e as análises das entrevistas foram embasadas pela análise de conteúdo, que norteou as nossas discussões e interpretações dos relatos dos psicólogos.

Assim, a partir dos relatos dos participantes consideramos que existem dificuldades na definição da abordagem teórica, sendo que a maioria dos participantes não faz uso de nenhum referencial teórico. Muitos afirmaram que não há produções científicas que possam ser referenciais para eles articularem em sua atuação no CRAS. Embora tenha um vasto arcabouço teórico já produzido, os entrevistados relataram inúmeras lacunas existentes no que se refere a Psicologia no CRAS. Entre essas lacunas, podemos mencionar a insuficiência e falha formação acadêmica de muitos cursos ofertados pela Psicologia, em que muitos estão com poucas ou nenhuma discussão no que se refere a atuação do psicólogo nas políticas públicas, nesse caso especificamente a Assistência Social, o que remete a incompreensão da Psicologia nos espaços de Assistência Social, pois quando o psicólogo é inserido no CRAS ele se depara com uma realidade desconhecida.

Constatamos que essa dificuldade em reconhecer o papel da Psicologia no CRAS é presente tanto na percepção dos psicólogos, assim como para outros profissionais que compõem a equipe técnica prevista no equipamento. Os psicólogos tem se empenhado em desconstruir um olhar que perpassa práticas individualistas, para contribuir no desenvolvimento social do sujeito, considerando o ser social que está buscando o serviço no CRAS, e a própria Psicologia já tem caminhado nesse sentido de responsabilizar pelo cenário da nossa sociedade.

Quanto aos serviços comumente buscados pelos usuários, encontramos a vinculação aos benefícios. Alguns psicólogos relataram não conseguir lidar com essa demanda encaminhando a outro profissional, ou expressam opiniões diferentes questionando como potencializar o indivíduo sem a obrigatoriedade do acesso ao benefício. Além disso, a busca por serviços dos usuários e outros serviços que não correspondem à operacionalização da política social tem sido um desafio dos profissionais. Estes também muitas vezes não encontram mecanismos de encaminhamento resolutivo e acabam atendendo as demandas que surgem. No entanto, destacamos válida a menção do quanto a busca dos usuários articula-se ao que os

profissionais tem permitido refletir na sociedade que o CRAS está inserido. Destacamos ainda o desenvolvimento de atividades dos psicólogos que condizem com as propostas da política de Assistência Social, cujo objetivo é alcançar uma estratégia de intervenção no meio social que o CRAS está inserido.

Observou-se ainda obstáculos que dificultam a atuação da Psicologia no CRAS. Os profissionais relataram precariedade na estrutura física e condições materiais, a sobrecarga e acúmulo de funções que afetam a qualidade dos serviços ofertados, a fragilidade e por vezes inexistência em alguns territórios no funcionamento da rede de serviços para contribuir no desenvolvimento do sujeito, e até mesmo a desarticulação dos próprios técnicos que compõem a mesma equipe no CRAS, a inexistência de capacitações aos profissionais e a instabilidade profissional que muitos estão submetidos.

Cabe-nos questionar qual a relevância do psicólogo no CRAS? Mediante aos dados descritos acima, visualizamos que os participantes da pesquisa trazem aspectos positivos em sua atuação, mesmo que alguns psicólogos relataram a dificuldade em deslumbrar as mudanças comportamentais dos usuários dos CRAS. Na percepção de alguns entrevistados, a Psicologia tem sim contribuído na vida dos sujeitos, pois estes se referem às mudanças nas dimensões individuais, familiar e social. Logo, o sujeito não é um ser isolado que está realizando atividade no CRAS, mas é um ser que ao ser afetado, gera outras mudanças no meio social que está inserido. Outro destaque se refere ao apropriamento dos usuários nas questões políticas, possibilitando um caminho para romper com práticas assistencialistas e segmentadas, trazendo em cena o sujeito político, o sujeito de direitos.

Desta forma conseguimos observar a contribuição da Psicologia no CRAS, bem como suas implicações sobre as mazelas do trabalho, trazendo angústia e ansiedade, tanto para os profissionais, assim como para os sujeitos em situação de vulnerabilidade social do contexto das políticas públicas, como identificamos nos relatos dos psicólogos.

Descrevendo a prática do psicólogo no CRAS, foi possível compreender que sua reprodução é visivelmente influenciada por questões culturais tanto da própria ciência que construiu a Psicologia, como do histórico da sociedade.

De acordo com os resultados alcançados na pesquisa, foi possível perceber que a construção da Psicologia no CRAS ainda tem um longo caminho a percorrer, que com o apoio dos profissionais que já estão inseridos no CRAS na construção discussões, troca de ideias entre as equipes, reuniões de equipe, grupos de estudo, entre outras formas de elaborar

conhecimento a fim de que possamos efetivar a relevância da Psicologia no campo social e minimizar as lacunas existentes. Além disso, buscar um diálogo mais próximo com os órgãos representativos da Psicologia a fim de favorecer reflexões sobre as contradições e dificuldades que fazem parte do dia a dia do psicólogo no CRAS.

Visto que as análises trouxeram o entendimento da necessidade em ampliar os espaços da luta coletiva para que os objetivos da política de proteção social sejam alcançados com sucesso. Do mesmo modo que, as condições materiais e dinâmicas do funcionamento da política de Proteção Social sejam modificadas não apenas para reduzir as demandas gritantes, afinal o intuito da PSB é garantir a prevenção de situações de vulnerabilidade social.

Para tanto, requer-se a melhor apropriação da conjuntura social, política, econômica, cultural e geográfica do território. A melhor articulação desses aspectos ampliará a eficiência de construção de ações de prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade.

Enfim, ao término do presente estudo, conclui-se que há relevância nas ações da Psicologia que promovam e validam a desconstrução da cultura tradicional da Psicologia e do assistencialismo e segregacionismo herdado por parte da sociedade. No entanto, esse caminho precisa ser conquistado por diversos atores sociais, pois "ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão" (FREIRE, 2008, p.58).

## REFERENCIAS

- AFONSO, M. L. M.; VIEIRA-SILVA, M.; ABADE, F. L.; ABRANTES, T. M.; e FADUL, F. M. **A Psicologia no Sistema Único de Assistência Social**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, São João del-Rei, 2012. Disponível em: <[http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/Volume7\\_n2/Afonso,\\_Maria\\_Lucia\\_Miranda,\\_et\\_al.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/Volume7_n2/Afonso,_Maria_Lucia_Miranda,_et_al.pdf)>. Acesso em: 15 de out. 2015.
- ARAÚJO, M. E. **A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social**. 2014. 285 f. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Área de concentração: Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ANDRADE, L. F. **O psicólogo no Centro de Referência de Assistência (CRAS) de Fortuna de Minas – MG: na trilha cartográfica dos territórios subjetivos**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- BARONE, A. M. V. B. **A inserção do psicólogo na política de Assistência Social: uma análise da atividade de trabalho do psicólogo nos Centros de Referência de Assistência Social**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2012.
- BAUMAN, Z.; MAY, T. Aprendendo a pensar com a sociologia. In: \_\_\_\_\_. **Ação, identidade e entendimento da vida cotidiana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. p.31-94.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOCK, A. M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L.T (Orgs.). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. (Orgs.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sóciohistórica**. São Paulo: Cortez, 2009.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOTARELLI, A. **O psicólogo nas políticas de proteção social: uma análise dos sentidos e da práxis**. 2008. 133 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Secretaria Nacional de Assistência Social: Departamento de Proteção Social Básica, Brasília, 2013.

BRASIL. Lei Estadual nº9.966 de 19 de dezembro. Dispõe sobre o Sistema único de Assistência Social no Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo, 2012.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/Suas), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, MDS, 2007.

BRASIL. Orientações Técnicas Centro de Referência da Assistência Social - CRAS. Ministério Do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2011.

BROTTO, T. C. A. ; OLIVEIRA, G.C.M. ; PATROCINIO, M. K. . **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Espírito Santo**: Conceitos, situação atual e orientações gerais. 2014.

CAMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerai, Rev. Interinst. Psicol.** Belo Horizonte, n.2, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202013000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, e Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, 2007. p.46.

CRUZ, R. A. **Psicologia e Assistência Social**: atuação do Psicólogo no CRAS. 2014. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) – Centro de Educação, Departamento de Psicologia, Boa vista, Roraima, 2014.

COELHO, T. R. **Participação no programa fortalecendo a família**: uma análise psicossocial das repercussões do trabalho socioeducativo. 2008. 203 f. Tese (Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORDEIRO, M. P. Psicologias Sociais Cientificista e Crítica: Um Debate que Continua. **Psicologia: ciência e profissão**, São Paulo, v. 3, n3, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a15.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. 2015.

COSTA, A. F. S.; CARDOSO, C. L. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. **Gerai: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 3, n.2, 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-82202010000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202010000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 out. 2015.

COULON, A. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papyrus, 1995.

CFP, Conselho Federal de Psicologia,; CFSS, Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, 2007. 51p.

DIMENSTEIN, M. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722001000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722001000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de out. 2015.

FLOR, T. C.; GOTO, T. A. Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, n. 1, 2015. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out. 2015

FLORENTINO, B. R. B. **Sistema Único de Assistência Social: Perspectivas para o exercício profissional do psicólogo que trabalha no CRAS**. 2013. 298 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), São João Del Rei, 2013.

FRARE, E. **A atuação do Psicólogo na política de assistência social na região da Foz do Rio Itajaí do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 2013. 170 p. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2013.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 116, p. 21-39, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742002000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n.2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, A. S.; GUARÁ, I. M. F. R. Redes de proteção social na comunidade. In: \_\_\_\_ **Redes de proteção social**. São Paulo: Associação Fazendo História; NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente. 2010. p. 11-29.

GONÇALVES, B. D.; SAADALLAH, M. M.; QUEIROZ, I. S. Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 10(1), São João del-Rei, 2015. Disponível em <[http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume10-n1/7\\_Goncalves.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapip/Volume10-n1/7_Goncalves.pdf)>. Acesso em 12 de out 2015.

JACQUES, M. G.; STREY, M. N.; BERNARDES, M. G.; GUARESCHI, P.; CARLOS, A. S., FONSECA, T. M. G. **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LANE, S. T. M. **Psicologia social: o homem em movimento**. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da Psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**/ ChristianLaville e Jean Dionne; trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. – Porto Alegre: Ed. UFMG, 1999.

MACEDO, J. P. et al . O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. **Psicol. estud.**, Maringá, n. 3, p. 479-489, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141373722011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722011000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 out. 2015.

MURTA, S. G.; MARINHO, T. P. C. A Clínica Ampliada e as Políticas de Assistência Social: uma Experiência com Adolescentes no Programa de Atenção Integral à Família. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**, Goiás, vol. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.crp09.org.br/NetManager/documentos/v1n1a4.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

OLIVEIRA, I. F.; OLIVEIRA, N. L. A.; NASCIMENTO, M. N. C.; ARAÚJO, R. L.; COELHO-LIMA, F. ; AMORIM, K. M. O. . Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 out 2015.

OLIVEIRA, I. F.; SOLON, A. F. A. C.; AMORIM, K. M. O; DANTAS, C. M. B. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. **Psicologia & Sociedade**, 23 (n. spe.), 140-149, 2011.

PAIVA, I. L.; YAMAMOTO, O. H. Os novos Quixotes da psicologia e a prática social no “terceiro setor”. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 8, n. 16, 2008 . Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2008000200004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS). MDS, Brasília, 2004. 178p.

RAMMINGER, T.. Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília , n. 1, p. 42-45, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932001000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932001000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 334 p.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Revista Psicol. Soc.**, Florianópolis, n. 3, p. 364-372, 2009.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822009000300010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822009000300010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 Abr. 2015.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2011.

SILVA, F. G. Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da Psicologia histórico-cultural. **Revista Psicol. educ.**, São Paulo, n. 28, 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 07 ago. 2015.

SILVA, C. R.; GOBBI, B. C.; SIMÃO, A. A. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa**: Descrição e aplicação do método. Organizações Rurais Agroindustriais, 2005.

SILVA, J.; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. **Revista Psicol. Soc.**, Florianópolis, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822011000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em Psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Revista Psicol. Soc.**, Porto Alegre, n. 2, p. 18-42, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822003000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822003000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2015.

TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS. DF: Diário Oficial da União. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome: Conselho Nacional de Assistência Social, Brasília, 2009.

**APÊNDICE A****ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****ENTREVISTA: PSICÓLOGO**

<b>DADOS DE CONTROLE DA COLETA DE INFORMAÇÕES</b>	
CRAS:	Data de coleta:    /    /
Nome do técnico:	
Ano de formação:	
Tempo de atuação no CRAS:	

- a) Como foi seu ingresso no campo? Qual realidade deparou-se?
- b) Como é o seu trabalho no CRAS atualmente? Quais são as atividades que você desenvolve?
- c) Como você percebe a contribuição da Psicologia na vida do sujeito?
- d) Os usuários relatam alguma mudança vivenciada após a inserção no espaço?
- e) Quais são as demandas que a população traz?
- f) Como é a frequência dos usuários?
- g) Acontecem desistências na participação? Se sim como é realizado o processo de desligamento do usuário no serviço?
- h) A partir de sua experiência, a Psicologia pode contribuir com o alcance dos objetivos da Proteção Social Básica?
- i) Você percebe que sua atividade de trabalho é semelhante a atividade de trabalho de outros psicólogo em outros CRAS?
- j) Você percebe que sua atividade de trabalho é semelhante a atividade de trabalho de outros profissionais no CRAS?
- k) Você percebe outros objetivos do trabalho do psicólogo no CRAS que não estão descritos nos documentos de referência?
- l) Qual perspectiva teórica você utiliza no trabalho no CRAS?

## ANEXO A



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**TÍTULO DA PESQUISA:** *PSICOLOGIA NOS CRAS: AS POSSIBILIDADES E OS LIMITES DO TRABALHO DO PSICÓLOGO NO CAMPO SOCIAL*

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** GEIZIANE CRISTINA MENEZES DE OLIVEIRA

#### JUSTIFICATIVA

Como relevância desse estudo na atuação do Psicólogo no CRAS, as possibilidades de atuação nesse espaço contemplam um leque de intervenções que são norteadas pela política de assistência social com foco nos direitos do cidadão, e assim por esse campo vasto de intervenções nos deparamos com o obstáculo da psicologia no campo da assistência social. Percebemos o quanto a práxis do psicólogo ainda não é compreendida pelo próprio profissional, os outros profissionais e muito menos pelos usuários, considerando também a fantasia ou mitos que ainda cercam a psicologia como ciência. Logo, nos deparamos com esse desafio para reinventar a ação da psicologia, desfazer-se de práticas automáticas e criar possibilidades sem perder a identidade profissional.

#### OBJETIVOS

##### **Objetivo geral:**

Analisar a atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, para discutir sobre a participação de usuários nas atividades propostas pela Psicologia nesses espaços de contexto político de proteção social básica -PSB.

##### **Objetivos específicos:**

- Investigar, a partir da perspectiva do profissional de psicologia, as principais demandas emergentes nos usuários dos CRAS,

- Avaliar as contribuições percebidas por esses profissionais com relação aos usuários que participam das atividades da Psicologia,
- Debater a percepção dos mesmos com relação ao trabalho desenvolvido pela Psicologia no CRAS,
- Discutir sobre a atuação do psicólogo na Assistência Social, assim como as dificuldades que emergem no campo social.

### **PROCEDIMENTOS DA PESQUISA:**

Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais de Psicologia que atuam em instituições de Cras, de ambos os sexos, com idades heterogêneas. Os profissionais participarão da pesquisa de forma voluntária, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

### **BENEFÍCIOS DA PESQUISA:**

Espera-se ao fim da pesquisa coletar dados sobre as contribuições do profissional de Psicologia no campo de atuação do Centro de Referência de Assistência Social, e contribuir na reconstrução de práticas presentes nesse espaço.

**FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA:** Caso queira alguma informação sobre o andamento da pesquisa ou apenas tirar alguma dúvida, basta entrar em contato com o pesquisador responsável pelo telefone (27) 99741-7169. E também no endereço Av. Vitória, 950, CEP: 29017-950. Forte São João. Vitória – ES e Contato: Professora Ms. Daniella Messa e Melo Cruz, [dcruz@catolica-es.edu.br](mailto:dcruz@catolica-es.edu.br) e Acadêmica: Geiziane Cristina Menezes de Oliveira, [geizianecmo@gmail.com](mailto:geizianecmo@gmail.com).

### **ESCLARECIMENTOS E DIREITOS:**

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Em nenhum momento receberá qualquer tipo de pagamento ou retribuição para participar da pesquisa, sua participação é voluntária. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou

retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

### **CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS:**

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

### **CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de identidade n°. \_\_\_\_\_ expedida pelo Órgão \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente informado (a) e esclarecido (a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvido, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Ciente desta informação, de posse de uma copia por mim assinada.

_____	___/___/___
Assinatura do responsável pelo Participante voluntário	Data
_____	___/___/___
Assinatura do Participante voluntário	Data
_____	___/___/___
Assinatura do responsável pelo Estudo	Data